

Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD

CLÁUDIA MÁRCIA PACHECO RAMOS

**ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS
NO DISCURSO POLÍTICO DE DEFESA**

**Brasília - DF
2006**

CLÁUDIA MÁRCIA PACHECO RAMOS

**ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS
NO DISCURSO POLÍTICO DE DEFESA**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu, na área de Língua Portuguesa.

Orientadora: Francisca Cordélia Oliveira da Silva.

**Brasília - DF
2006**

CLÁUDIA MÁRCIA PACHECO RAMOS

**ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS
NO DISCURSO POLÍTICO DE DEFESA**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu, na área de Língua Portuguesa.

Orientadora: Francisca Cordélia Oliveira da Silva.

**Brasília - DF
2006**

Dedico este trabalho à minha mãe, Nadir, mulher forte e batalhadora; à minha filha Clarissa, mesmo tão jovem, um exemplo a ser seguido; à minha filha Luísa, um anjo na minha vida; ao meu filho Jairo, um presente de Deus para mim.

AGRADECIMENTO

Agradeço à minha família, pelo apoio e incentivo para que eu seguisse em frente, especialmente aos meus filhos, que souberam compreender o sacrifício das horas de lazer em prol da confecção deste trabalho; aos meus amigos, que sempre acreditaram no meu potencial; à minha orientadora, Cordélia, que tão diligentemente prestou os esclarecimentos solicitados e me deu contribuições valiosas; às demais professoras do curso que foram essenciais para o meu crescimento intelectual.

Não são necessárias muitas palavras:
apenas que sejam eficazes, pois,
à maneira das sementes, serão espalhadas.

Sêneca

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar e analisar as estratégias argumentativas no discurso político de defesa pronunciado pelos Deputados Federais envolvidos no escândalo do mensalão, no dia do julgamento em plenário. No primeiro capítulo discorremos sobre a pesquisa qualitativa, o processo metodológico adotado para a análise dos dados colhidos, relatando o caminho percorrido desde a coleta até à seleção dos textos. O segundo capítulo trata da fundamentação teórica, em que foram apresentados os conceitos de: práticas discursivas, gêneros textuais, discurso, discurso político e argumentação. No terceiro capítulo, analisamos as estratégias argumentativas recorrentes, que configuraram o objetivo primeiro deste trabalho. Com o estudo teórico e a análise dos dados, é possível verificar a comprovação das questões de pesquisa que nortearam o trabalho, ou seja, que o uso reiterado de estratégias argumentativas baseadas nos conceitos de família, vida pública e religiosidade foi largamente utilizado pelos Deputados processados para comover e persuadir o público ouvinte.

Palavras-chave: discurso político, argumento, persuasão.

ABSTRACT

The objective of this work is to identify and analyze the argumentative strategies in the defending political speech made by the Congressmen involved in the “mensalão” scandal, in the day of judgment in the chamber. In the first chapter, we will write about the qualitative research, the methodological process adopted for the analysis of the collected data, reporting how the texts were collected and selected. The second chapter is about the theoretical foundation in which the concepts of discursive practices, text gender, discourse, political discourse and argumentation were presented. In the third chapter, we have analyzed the recurrent argumentative strategies that were the first objective of the present work. With the theoretical study and data analysis, it is possible to verify the confirmation of the research questions which conducted the work, i.e., that the continuous use of the argumentative strategies based on the family concepts, public life and religiosity were largely used by the prosecuted Congressmen to move and persuade the listening audience.

Key words: political discourse, argument, persuasion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA DO TRABALHO	15
1.1 COMENTÁRIOS INICIAIS	15
1.2 ANÁLISE QUALITATIVA	17
CAPÍTULO 2 - REFERÊNCIAS TEÓRICAS	219
2. 1 COMENTÁRIOS INICIAIS.....	19
2.2 PRÁTICAS DISCURSIVAS	23
2.2.1 Gêneros Textuais	26
2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO	27
2.3.1 O discurso político e suas nuances.....	29
2.4 ARGUMENTAÇÃO.....	31
2.4.1 A Família	33
2.4.2 A Vida Pública.....	35
2.4.3 A Religiosidade	374
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE	39
3.1 COMENTÁRIOS INICIAIS	39
3.2 A BASE FAMILIAR COMO ELEMENTO ARGUMENTATIVO	40
3.3 A VIDA PÚBLICA E A IMAGEM	462
3.4 O VOCABULÁRIO RELIGIOSO E A COMOÇÃO	496
CONCLUSÃO	573
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	606
ANEXO A – Discurso de defesa do Deputado A	63
ANEXO B – Discurso de defesa do Deputado B	705
ANEXO C – Discurso de defesa do Deputado C	80
ANEXO D – Discurso de defesa do Deputado D	103

INTRODUÇÃO

A Câmara dos Deputados vive grave momento de crise. Denúncias de corrupção atingiram em cheio a instituição que já se viu envolvida em escândalos dessa natureza em outras situações. O caso dos anões do Orçamento deixou seqüelas, mas não foi o suficiente para impedir que novos casos de corrupção surgissem. Nem bem terminado o processo de apuração dos Deputados acusados de terem se locupletado com o famoso mensalão, outros tantos integrantes da Casa estão sob a suspeita de beneficiar Municípios com emendas parlamentares ao Orçamento para a compra de ambulâncias superfaturadas. Sejam por interesses espúrios, sejam fruto de jogo político pré-eleitoral as denúncias espocam nas manchetes dos jornais e revistas. Neste trabalho, no entanto, optei por me ater ao episódio do mensalão que culminou com o julgamento em plenário dos Deputados acusados.

Primeiramente, façamos um breve histórico. Após três tentativas frustradas para chegar à Presidência da República, o Partido dos Trabalhadores conseguiu seu intento em 2002, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Dizia-se à época, ainda sob os auspícios da vitória, que a esperança venceu o medo. O sonho de mudança de milhões de brasileiros parecia que se concretizaria. Acreditava-se que agora, sim, o Brasil teria ética e transparência na política, que o metalúrgico que se tornou Presidente seria capaz de levar o País ao desenvolvimento tão esperado, que o Congresso Nacional seria forte e

conseguiria aprovar as medidas necessárias para dar melhor condição de vida à população. A esperança era a tônica desse novo tempo que começava.

Em meados de 2005, o então Deputado Roberto Jefferson foi apontado como avalista de um esquema de corrupção nos Correios e partiu para o contra-ataque, denunciando o pagamento de mesada de R\$ 30 mil por dirigentes do PT a Deputados do PP e do PL, partidos aliados, para que votassem de acordo com a orientação do Governo. A denúncia caiu como uma bomba no Congresso Nacional: CPIs instaladas para investigar os envolvidos no caso; horas intermináveis de depoimentos; folhas incontáveis de processos no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, da Câmara dos Deputados. Tudo isso foi levado a termo nos dias de julgamento em plenário dos envolvidos no escândalo.

Os discursos escolhidos para análise foram produzidos nesse contexto. Tratava-se de um momento de extrema importância para o Congresso Nacional, que estava sob os holofotes da imprensa do mundo inteiro. Era a hora da verdade, a hora de mostrar se os Parlamentares iriam cortar a própria carne em prol da instituição. Imenso destaque foi dado aos primeiros julgamentos, mas aos poucos tudo foi entrando em clima de normalidade, e a expectativa deu lugar à frustração. Dos dezenove denunciados, quatro renunciaram ao mandato para fugir do processo de cassação, três foram cassados e onze foram absolvidos em plenário. Resta apenas um processo a ser julgado.

O fato de trabalharmos diretamente com discurso político nos levou a optar por não sair desta seara, não apenas pela facilidade de acesso ao material,

mas também pelo fato de o assunto a ser tratado na monografia ter-nos atiçado a curiosidade.

Chamou-nos a atenção a recorrência de determinados padrões nos discursos de defesa daqueles Deputados que enfrentavam o dia “D” em suas vidas políticas. É o que veremos no decorrer desta análise, ou seja, o uso dos mesmos conceitos pelos oradores para se mostrarem homens de família, probos, crentes e tementes a Deus, de vida pública ilibada, injustiçados e execrados pela opinião pública. Poderemos observar também a estratégia utilizada para legitimarem seus mandatos, quando descrevem suas vidas públicas no passado, os cargos que assumiram, as funções que exerceram, os tantos outros mandatos que cumpriram anteriormente. Além disso, observaremos a uso recorrente do vocabulário religioso, utilizado muitas vezes para mostrarem o quanto estão sendo injustiçados e apenados e para reiterarem que confiam na justiça divina. O uso apelativo de figuras familiares como mãe, filhos e esposas é flagrantemente utilizado. Aliás, foi esse o ponto coincidente que primeiro nos chamou a atenção nos discursos. Depois de uma leitura mais cuidadosa, perceberemos a incidência recorrente de outras estratégias discursivas e decidimos, então, ater-nos ao tripé argumentativo família, vida pública e religiosidade.

O primeiro passo, logo após a idéia inicial, foi a coleta dos discursos de todos os Deputados que passaram pelo julgamento em plenário. O material é vasto, visto que os discursos são extensos, conforme se pode verificar em anexo. Dada a impossibilidade de análise de todos os discursos e em seu inteiro teor, escolhemos os que mais continham estratégias argumentativas baseadas no tripé

família, vida pública e religiosidade. Dos quatro discursos de defesa escolhidos, foram retirados os trechos mais significativos que serviram para análise e comprovação das nossas questões de pesquisa. Para preservar suas identidades, os autores dos discursos escolhidos foram chamados de Deputados A, B, C e D. Igualmente, os demais Deputados citados nos discursos tiveram seus nomes preservados.

O processo metodológico adotado para análise dos dados colhidos foi a pesquisa qualitativa, utilizada para buscar percepções e entendimento sobre determinada questão, abrindo espaço para interpretação. O embasamento teórico para a nossa pesquisa foi feito a partir das obras dos autores Bauer e Gaskell (2002), Chizzotti (1998), Flick (2004), Goldenberg (2001).

A fundamentação teórica deste trabalho foi baseada quase totalmente na Análise Crítica do Discurso. Tomamos como base de estudo os trabalhos de Orlandi (1987, 1996 e 2005), Koch (2004), Fairclough (2001), Marcuschi (2004), Osakabe (1999). Esses autores foram de fundamental importância para a compreensão e análise dos textos a que nos propomos estudar. Outros autores foram essenciais para o aprofundamento dos elementos argumentativos escolhidos (família, vida pública e religiosidade). Estamos falando de Araújo e Scalon (2005), Charaudeau (2006), Giddens (2003), Lavallo (2004), Minuchin (1982).

Faz-se necessário esclarecer que a escolha dos discursos foi exclusivamente baseada na maior incidência das já citadas estratégias argumentativas para a pesquisa e posterior análise. Não foram fatores

preponderantes e decisivos para a citada escolha: o resultado da votação no plenário, ou seja, se houve absolvição ou não; os partidos a que pertenciam os referidos oradores; se tinham maior ou menor influência na instituição; ou se eram mais ou menos conhecidos do grande público. É conveniente ainda ressaltar que de modo algum foi nosso intento desmerecer ou enaltecer os autores dos discursos, nem tampouco tecer qualquer comentário a respeito dos processos a que foram submetidos. Portanto o escopo deste trabalho é pura e simplesmente acadêmico, voltado para a comprovação do uso reiterado das mesmas estratégias argumentativas nos discursos de defesa escolhidos e a que elas se destinam.

CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA DO TRABALHO

1.1 COMENTÁRIOS INICIAIS

O presente trabalho se propõe a analisar fragmentos de discursos de defesa de Deputados acusados de envolvimento no escândalo do mensalão, pronunciados em sessão plenária no dia da votação do processo, observando a recorrência de estratégias argumentativas, notadamente as baseadas nos conceitos de família, vida pública e religiosidade.

O processo metodológico adotado para análise dos dados colhidos foi a pesquisa qualitativa, que se destaca por ser exploratória, estimuladora do pensamento livre sobre algum tema, objeto ou conceito. Esse tipo de pesquisa é utilizado para buscar percepções e entendimento sobre determinada questão, abrindo espaço para interpretação. É diferente, pois, da pesquisa quantitativa, que procura apurar opiniões e atitudes explícitas dos entrevistados, utilizando instrumentos estruturados como questionários.

Diante dessa rápida definição inicial, podemos asseverar que a pesquisa qualitativa é a mais adequada para nos ajudar a responder às seguintes questões de pesquisa que, inicialmente, nortearam o nosso trabalho:

1. Tomando por base marcos teóricos, como os Deputados utilizam recorrentemente determinadas estratégias argumentativas para amparar seus discursos de defesa?

2. O que objetivam os Deputados ao se utilizar das mesmas estratégias argumentativas em seus discursos de defesa?

A coleta e seleção de dados seguiu os seguintes passos:

- coleta dos discursos de todos os Deputados que passaram pelo julgamento em plenário;

- leitura dos discursos e seleção dos trechos que denotavam a presença de estratégias argumentativas baseadas no tripé conceitual de família, vida pública e religiosidade;

- seleção dos discursos de defesa com exemplos mais significativos das referidas estratégias argumentativas;

- seleção dos trechos que serviram para análise e de material para a pesquisa qualitativa.

A escolha dos discursos foi exclusivamente baseada na maior incidência das já citadas estratégias argumentativas para a pesquisa. Para a escolha, não observamos se houve absolvição ou não, de que partido eram os referidos oradores, ou se eram mais ou menos conhecidos do grande público. Para reforçar a tese de que a seleção dos discursos de defesa foi estritamente norteadas pelo maior número de incidências das estratégias argumentativas escolhidas para a análise, optamos por não explicitar a identidade dos oradores em questão. Cabe

ainda ressaltar que não queremos de modo algum desmerecer ou enaltecer os autores dos discursos, nem tampouco tecer qualquer comentário acerca dos processos por que passaram. Esclarecemos, portanto, que o escopo deste trabalho é pura e simplesmente acadêmico, voltado para a comprovação do uso reiterado das mesmas estratégias argumentativas nos discursos de defesa escolhidos e ao que elas se destinam, à luz dos embasamentos teóricos apresentados no capítulo 2.

1.2 ANÁLISE QUALITATIVA

Cada método de pesquisa se baseia na compreensão específica de seu objeto. Observemos o que afirmam Bauer e Gaskell (2002, p. 20) sobre a escolha do método:

A escolha qualitativa ou quantitativa é primariamente uma decisão sobre a geração de dados e os métodos de análise, e só secundariamente uma escolha sobre o delineamento da pesquisa ou de interesses do conhecimento.

Quanto aos métodos qualitativos, Flick (2004, p. 17) esclarece que “não podem ser considerados independentemente do processo de pesquisa e do

assunto em estudo”, reiterando que são melhor compreendidos e descritos por meio de uma perspectiva do processo.

Chizzotti (1998, p. 79) corrobora essa tese esclarecendo que a abordagem qualitativa tem como ponto de partida o preceito de que há relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um elo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. E complementa:

O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Flick (2004, p. 222-223) reitera que “mais cedo ou mais tarde, na pesquisa qualitativa, os textos tornam-se a base do trabalho interpretativo e das inferências feitas a partir do conjunto dos materiais empíricos” e pondera que “nem todo método de interpretação é apropriado em cada caso”, devendo o pesquisador se embasar no próprio estudo, na sua questão, nos seus objetivos de pesquisa e nos dados coletados para optar entre as alternativas metodológicas.

Lembrando que a pesquisa qualitativa é utilizada para buscar percepções e entendimento sobre determinada questão, abrindo espaço para interpretação, vejamos as principais características desse tipo de análise metodológica propostas por Chizzotti (1998, p. 81-84):

- a delimitação e a formulação do problema, que requerem a imersão do pesquisador na vida e no contexto, no passado e nas circunstâncias presentes que condicionam o problema, de modo que o pesquisador venha a partilhar

praticamente das experiências e percepções dos sujeitos a respeito dos problemas, a fim de descobrir os fenômenos além das experiências imediatas;

- o pesquisador, que não é meramente um relator passivo, pois deve manter conduta participante durante a pesquisa;

- os pesquisados, que devem ter uma relação dinâmica com o pesquisador durante todas as etapas da pesquisa;

- os dados, que não são considerados como acontecimentos fixos captados em um instante de observação, todos os aspectos são considerados, como, por exemplo, a constância das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio;

- as técnicas, que não devem ser adotadas como modelo único, mas adequadas ao campo de pesquisa e aos problemas que o pesquisador enfrenta com as pessoas que participam da investigação.

Entre as técnicas de pesquisa qualitativa, Chizzotti (1998) destaca a observação participante, a entrevista não-diretiva, a história de vida, a análise de conteúdo, a pesquisa-ação e pesquisa-intervenção e o estudo de caso.

No caso específico deste trabalho, a técnica de pesquisa qualitativa adotada é a de análise de conteúdo. Conforme a definição de Chizzotti (1998, p. 98), essa técnica é aplicada para a análise de textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento, sendo que o objetivo principal é “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

Liakopoulos¹ (2002, p. 238) define que uma das formas da análise de conteúdo é a análise da argumentação, pois “ambas as análises tentam reduzir grandes quantidades de material, captando certos aspectos importantes do texto e transformando-os em unidades de análise”.

A análise da argumentação busca trazer o argumento para o primeiro plano da pesquisa, visando oferecer elementos para a compreensão das estruturas de argumentação, ou seja, oferecer visão metodológica compreensiva da análise das estruturas da argumentação, com propósito de compreender melhor os parâmetros que influenciam debates públicos. “O objetivo da análise da argumentação é documentar a maneira como afirmações são estruturadas dentro de um texto discursivo e avaliar a sua solidez” (Liakopoulos, 2002, p. 219).

A pesquisa qualitativa voltada para a análise do conteúdo, especificamente a análise da argumentação, foi escolhida para este trabalho porque, como assevera Goldenberg (2001, p. 48), “partindo do princípio de que o ato de compreender está ligado ao universal humano, as abordagens qualitativas não se preocupam em fixar leis para produzir generalizações”. Em suma, com esse tipo de análise, procuramos compreender certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da sua relevância no aspecto subjetivo da ação social em que estão inseridos.

¹ O artigo de LIAKOPOULOS intitulado “Análise Argumentativa” é parte integrante da obra de Bauer e Gaskell.

CAPÍTULO 2 - REFERÊNCIAS TEÓRICAS

2. 1 COMENTÁRIOS INICIAIS

A todo momento nos são cobradas habilidades comunicativas que permitam a interação participativa e crítica no mundo, de modo que tenhamos condições de intervir na dinâmica do ambiente social em que vivemos. De tal sorte que o conhecimento sobre práticas discursivas e sociais é instrumento poderoso para que olhemos essa dinâmica com menos ingenuidade e maior capacidade para prever, perceber, produzir e negociar sentidos por intermédio da linguagem. Observemos o que preceitua Fiorin (2002, p. 75) quanto à necessidade de aprendermos a interpretar:

Para a análise de um texto não interessam a figura ou o tema isolados. Para achar o tema que dá sentido às figuras ou o tema geral que unifica os temas disseminados num discurso temático, é preciso aprender os encadeamentos das figuras ou dos temas, ou seja, os recursos figurativos ou temáticos.

Segundo Orlandi (1996, p. 12) “ninguém lê num texto o que quer, do jeito que quer e para qualquer um. Tanto quanto a formulação (emissão), a leitura (compreensão) também é regulada. No entanto, ler [...] é saber que o sentido pode ser outro.” O entendimento de qualquer texto depende da formação discursiva de

cada leitor e do contexto histórico-social a que foi submetido durante o seu crescimento lingüístico.

[...] no que diz respeito ao problema de significação, procura-se estabelecer como a relação que liga os sentidos às condições em que eles são produzidos é uma relação necessária, constitutiva da própria significação (Haroche, Henry e Pêcheux, 1971). Essas condições abrangem o contexto histórico-social, ideológico, a situação, os interlocutores e o objeto do discurso, de tal forma que aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar do qual se diz, para quem se diz, em relação aos outros discursos, etc. (ORLANDI, 1996, p. 85).

A historicidade da língua é construída coletivamente, de modo que a história da significação determina como se vai entender um enunciado. Depende do contexto; é o modo de entender o outro; é o modo do outro entender o que é dito. Mas esse conceito não é estanque, porque se trata de “trabalho lingüístico contínuo, realizado por diferentes sujeitos, em diferentes momentos históricos, em diferentes formações sociais, dentro das quais diferentes sistemas de referência se cruzam (e se digladiam), a língua que se vai constituindo mantém-se porque se modifica.” (GERALDI, 1997, p. 14).

Marcuschi (1989, p. 4) reflete sobre a compreensão:

Compreender um texto é mais do que compreender todos os itens lexicais que o compõem; é mais do que compreender cada sentença isoladamente; é mais do que apenas extrair informações. Compreender um texto não é apenas operar com base nos materiais lingüísticos. Importa destacar, pois, que a compreensão requer diferentes tipos de conhecimento. Ou seja, para entendermos textos, orais ou escritos, são ativados tanto os conhecimentos lingüísticos quanto os conhecimentos de mundo (extralingüísticos). Compreender, portanto, não é uma simples tarefa de decifrar ou decodificar informações inscritas no texto de forma objetiva.

Orlandi (2000, p. 116) corrobora essa tese e reitera que não basta interpretar para chegar à conclusão, pois é preciso observar o contexto da situação. “O sujeito que produz uma leitura, a partir de sua posição, interpreta. O sujeito/leitor que se relaciona criticamente com sua posição, que a problematiza, explicitando as condições de produção da sua leitura, compreende. Sem teoria não há compreensão.”

E é isso a que nos propomos neste trabalho. Partindo de breves e sintéticas ponderações teóricas, que facilitarão a compreensão do nosso estudo, analisaremos algumas estratégias argumentativas utilizadas no discurso político de defesa.

2.2 PRÁTICAS DISCURSIVAS

Para Fairclough (2001, p. 107) a prática discursiva envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, sendo que a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais. O autor apresenta premissas que valem ser destacadas: a produção dos textos tem formas particulares em contextos sociais específicos; a distribuição e o consumo são diferentes em contextos sociais diversos; o consumo pode ser individual ou coletivo. E corrobora essa idéia, esclarecendo que tal perspectiva

teórica estabelece a relação bilateral entre conhecimento e linguagem, concebendo linguagem como sistema construído no uso socialmente compartilhado entre os usuários.

O modo como os usuários da língua se apropriam do universo e das informações que os cercam e as incorporam ao repertório cognitivo, representando, descrevendo, avaliando por meio da linguagem, é função de própria condição humana. Entretanto esse processo de apropriação é moldado pela interação dialógica com o mundo. Embora os mecanismos do pensamento possam ser concebidos como universais, os conteúdos “são socialmente construídos e, portanto, são histórica e culturalmente determinados”. (CONDOR e ANTAKI, 1997, p. 329-30).

Em sendo assim, podemos dizer que o conhecimento humano é construído pela linguagem usada em contextos recorrentes da experiência humana, ou seja, de gêneros socialmente compartilhados. E a produção textual, por sua vez, tem o papel de formular a representação de dada realidade que tenha significado para o seu público consumidor, de modo que formule um conjunto de significados socialmente compartilhados por esse público.

Então, do ponto de vista funcional, aprender a língua significa desenvolver competência no uso de um número crescente de funções de linguagem. Competência essa que engloba igualmente a capacidade de compreender de maneira crescente as práticas discursivas e as relações sociais associadas ao uso dos diferentes gêneros. Vale lembrar o que diz Fairclough (2001, p. 109):

[...] há dimensões sociocognitivas específicas de produção e interpretação textual, que se centralizam na inter-relação entre os recursos dos membros, que os participantes do discurso têm interiorizados e trazem consigo para o processamento textual, e o próprio texto.

Ainda segundo Fairclough (2001, p. 109), dependendo da natureza da prática social, esses processos sócio-cognitivos serão ou não inovadores e contribuirão ou não para a mudança discursiva, ou seja, à medida que produtores e intérpretes combinem convenções discursivas, códigos e elementos novos, estarão produzindo mudanças estruturais nas ordens do discurso.

Sabemos do poder do uso da palavra no que tange a mudanças sociais. No entanto, o foco do nosso trabalho é uma prática discursiva já há muito cristalizada. Bakhtin (1994, p. 48) preceitua que a unidade básica da comunicação é o enunciado, mas ressalta que ele não pode ser entendido isoladamente, uma vez que os enunciados implicam presença de interlocutores, presentes, passados e futuros. A produção textual, escrita ou oral, sempre tem público alvo, ou seja, ela não existe no vácuo. O locutor ao produzir um enunciado invoca uma linguagem social, apropriando-se dela e a moldando conforme suas intenções e estilo.

É o que veremos ao analisar os gêneros textuais e, mais adiante, especificamente o discurso político.

2.2.1 Gêneros Textuais

Gêneros textuais são tipos específicos de texto de qualquer natureza, literários ou não. Tanto na forma oral como na escrita, são caracterizados por funções específicas e organização retórica mais ou menos típica. São reconhecíveis pelas características funcionais e organizacionais que exibem e pelos contextos em que são utilizados. Gêneros textuais são formas de interação, reprodução e possíveis alterações sociais que constituem ao mesmo tempo, processos e ações sociais e envolvem questões de acesso e poder.

Koch (2004, p. 163) alerta que a noção de gênero não se confunde com a de tipo de texto (narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo) e não constitui noção meramente textual, ou seja, ligada à estruturação, conteúdo e estilo das diversas classes de texto. E ainda complementa:

[...] os gêneros devem ser vistos como arcabouços cognitivo-discursivos ou enquadres enunciativos determinados pelas necessidades temáticas das diversas práticas sociais, pelo conjunto dos participantes de tais práticas, de suas relações sociais e de seus propósitos enunciativos, as quais se distinguem, conforme Bakhtin, além da forma composicional, pelo tipo de conteúdo temático e pelo estilo que lhes é próprio.

Observamos, então, que quando estudamos os gêneros textuais nos deparamos com a necessidade de conhecer melhor o modo como as práticas sociais e discursivas dos diversos meios sociais se concretizam em gêneros de textos, uma vez que esse conhecimento é especialmente importante para se conhecer e intervir positivamente nas práticas de linguagem de diversos meios sociais.

2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO

Assevera Marcuschi (2004, p. 11) que “a língua não é apenas um sistema de comunicação nem um simples sistema simbólico para expressar idéias. Mas muito mais uma forma de vida e uma forma de ação”. Boa parte das atividades discursivas serve para atividades de controle social e cognitivo. Tanto que, quando se quer exercer qualquer tipo de poder ou influência, recorre-se a atividades discursivas específicas. O discurso político é claro exemplo de prática discursiva com objetivos definidos no sentido de argumentar a favor ou contra determinado tema, com vistas a alcançar a maior adesão possível do público, seja ouvinte, seja leitor.

Fairclough (2001, p. 19) considera o discurso como “o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”. O discurso é modo de ação, meio

de que dispomos para agir sobre o mundo e sobre os outros também, ou seja, há uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social. Observemos o que assevera o dileto autor:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.

Propõe Fairclough (2001, p. 91) que a relação entre discurso e estrutura social seja considerada dialeticamente, evitando assim erros de ênfase indevida, quais sejam o de conceber o discurso como mero reflexo de uma realidade mais profunda e o de tomá-lo idealizadamente como fonte do social. Os discursos refletem e representam entidades sociais, assim como as constroem e constituem. Diante dessas concepções, podemos afirmar que o discurso não só é uma prática discursiva, mas também prática social.

Marcuschi (2004, p. 12), baseado nas definições de Fairclough (2001), estabelece que o discurso contribui para: a construção das identidades sociais; a construção das relações sociais entre as pessoas; a construção de sistemas de conhecimento e crenças. De tal sorte que o discurso é muito mais que simples representação do mundo, é prática que constitui o mundo e produz efeitos de sentido.

Marcuschi (2004, p. 11) reitera que “não são os gêneros textuais particulares que têm valores políticos e ideológicos inerentes, e sim seu

investimento de forma particular em domínios discursivos e instituições é que tem um valor político e ideológico, sendo capaz de se tornar um fator de controle social”. O autor ainda assevera que:

[...] boa parte de nossas atividades discursivas servem para atividades de controle social e cognitivo. Quando queremos exercer qualquer tipo de poder ou de influência recorremos a atividades discursivas específicas. Ninguém fala só para exercitar as próprias cordas vocais ou os tímpanos alheios. Na realidade o meio em que o ser humano vive e no qual ele se acha imerso é muito maior que seu ambiente físico e contorno imediato, já que está envolto também por sua história e pela sociedade que criou e pelos seus discursos.

Para Marcuschi (2004, p. 18), os gêneros são transmitidos sócio-historicamente e “os falantes contribuem de forma dinâmica tanto para a preservação como para a mudança e renovação dos gêneros, já que lhes cabe a missão de usá-los e dar-lhes plenitude de sentido”.

2.3.1 O discurso político e suas nuances

Já sabemos que, quando queremos exercer qualquer tipo de poder ou de influência, recorremos a atividades discursivas específicas. O discurso político é instrumento de grande valia para o exercício do poder. É mais que óbvio que

esse tipo de discurso está eivado de intenções bem definidas, no entanto elas nem sempre são observadas e reconhecidas pelo público ouvinte/leitor.

Adotando a idéia de que o discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras, Charaudeau (2006, p. 80) assevera que, no campo político, toda palavra pronunciada deve ser analisada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz, ou seja, de modo algum deve ser tomada ao pé da letra, mas vista como o resultado de uma estratégia do enunciador. Observemos o que preceitua o autor sobre a postura discursiva a ser adotada por um político:

O político deve, portanto, construir para si uma dupla identidade discursiva; uma que corresponda ao conceito político, enquanto lugar de constituição de um pensamento sobre a vida dos homens em sociedade; outra que corresponda à prática política, lugar das estratégias da gestão do poder: o primeiro constitui o que chamamos de posicionamento ideológico do sujeito do discurso; a segunda constrói a posição do sujeito no processo comunicativo. Nessas condições, compreende-se que o que caracteriza essa identidade discursiva seja um Eu-nós, uma identidade do singular-coletivo.

Os políticos utilizam artifícios e estratégias para persuadir e seduzir os interlocutores. Orlandi (2000, p. 55) esclarece que “o discurso não é um conjunto de textos, é uma prática. Para se encontrar sua regularidade não se analisam seus produtos, mas os processos de sua produção”. Como se processa a produção de um discurso político destinado à defesa do seu orador? Cabe-nos, a partir de agora, apresentar as estratégias discursivas utilizadas nesse tipo de discurso político.

2.4 ARGUMENTAÇÃO

Perelman (1996, p.19) preceitua que falar e escrever não são o bastante. Para que essas ações tenham algum efeito sobre o mundo, é preciso também ser ouvido e ser lido.

Não é pouco ter a atenção de alguém, ter uma larga audiência, ser admitido a tomar a palavra em certas circunstâncias, em certas assembléias, em certos meios. Não esqueçamos que ouvir alguém é mostrar-se disposto a aceitar-lhe eventualmente o ponto de vista.

De que precisamos para que o nosso ponto de vista seja aceito? Precisamos embasar nossas idéias, ser convincentes em nossos enunciados, ter capacidade de argumentar o conteúdo que ora apresentamos e também contra-argumentar, quando necessário for. Perelman (1996, p. 18) ainda esclarece que, “para argumentar, é preciso ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental”. Osakabe (1999, p. 93-94) contribui a definição do ato de argumentar, vejamos:

O ato de argumentar constitui uma espécie de operação que visa fazer com que o ouvinte não apenas se inteire da imagem que o locutor faz do referente, mas principalmente que o ouvinte aceite essa imagem. Sob esse aspecto, esse ato não se confunde com o ato de informar, na medida em que interessa ao seu agente mais o engajamento do ouvinte

em relação à sua imagem sobre o referente do que a transmissão de determinada mensagem. Nesse particular, a informação veiculada a partir de um ato de argumentação está sujeita a ser alterada pelo próprio interessado que envolve esse mesmo ato.

Complementando ainda esse conceito, podemos dizer que o ato de argumentar, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui ato lingüístico fundamental, pois a todo discurso subjaz uma ideologia. Como sustenta Koch (1987, p. 19.), a neutralidade ou imparcialidade é apenas um mito, afinal o discurso que se pretende neutro, ingênuo, desinteressado, imparcial também contém ideologia, qual seja a sua própria neutralidade, ingenuidade. Isso significa que, quando interagimos, independentemente do gênero textual que selecionamos, tentamos introduzir, em nossos enunciados, certa força argumentativa, ou seja, procuramos guiar a compreensão de nosso interlocutor no sentido de determinadas conclusões. “Os discursos não informam simplesmente, pois toda e qualquer informação se acha veiculada por um locutor interessado, e mais, esse locutor interessado se dilui no quadro geral das condições que o determinam”. (OSAKABE, 1999, p. 95).

Há muitas estratégias para argumentação utilizadas no discurso político, como a persuasão, a dramatização, a desqualificação do adversário, o envolvimento e o engajamento do público ouvinte, mas neste trabalho vamos observar especificamente como os oradores escolhidos para análise utilizam os referenciais de família, vida pública e religiosidade como argumentos para seus discursos de defesa.

2.4.1 A Família

A família é a célula-mãe da sociedade, pois é nela que se constroem as primeiras relações sociais. Para Minuchin (1982, p. 12), a família é uma unidade social que desenvolve múltiplos papéis fundamentais para o crescimento psicológico do sujeito, marcando as diferenças sociais e culturais, mas com raízes universais. A família é organização de apoio, proteção, limites e socialização. Tem proposta e propriedades de autoperpetuação; uma vez favorecido um processo de mudança, a família o preservará, pois as experiências são qualificadas dentro dela e permanecem na vida do grupo.

A família convive com as mudanças de valores, de padrões éticos, econômicos, políticos e ideológicos da sociedade. A família transmite a tradição, que representa o cenário do imaginário cultural, com os significados e significantes dos ritos e mitos do presente e do passado, construindo sua história particular, marcando as relações internas e externas, os vínculos afetivos e sociais, com a intenção de estruturar o universo psicológico dos membros do grupo familiar. Por meio dos vínculos estabelecidos na família, o sujeito estigmatizado pode encontrar o suporte para a apreensão das suas diferenças, no contexto das semelhanças. Pode relativizar a diferença e acrescentar pontos significativos na sua identidade social, algo diferente no universo das semelhanças.

Apesar de reconhecer que as instituições modernas e a globalização criam mecanismos de supressão e não de realização do indivíduo, Giddens (2003, p. 67) ressalta o papel da família e do seu círculo de influência no que ele chama de círculo de segurança básica. A família é, portanto, ponto de referência de seus membros, é a ela que recorrem em primeiro lugar nos momentos de desespero, é nela que se apóiam para encontrar forças para lutar diante de um problema. Araújo e Scalon (2005, p. 21) reiteram esse pensamento:

De fato, a família tem funcionado como um importante espaço de interação afetiva, onde o desenvolvimento de práticas de socialização primária e expressões de afeto se realizam via relações entre pais e filhos e entre parceiros conjugais. Mas não é apenas isso que responde pelo lugar que a família assumiu: o aprofundamento dos valores individuais orientados pela competição nas diversas arenas da esfera pública tende a tornar o espaço familiar um espaço de compensação afetiva e de afirmação de identidades.

Em síntese, a família, o principal núcleo da sociedade, sofreu grandes transformações na história, mas continua tendo a importante função de humanizar seus membros. São essas pessoas tão importantes em nossa vida, cuja função é estruturar a base de nossa personalidade, a quem chamamos família – instituição tão antiga quanto o ser humano, que garantiu sua própria existência por atender às necessidades mais básicas da vida humana: alimento, segurança e afeto. Sem isso, o homem não conseguiria sobreviver, tal a fragilidade com que nasce. Muitos combatem e julgam a família uma instituição ultrapassada, além de causadora de muitos males, mas, não diferente de todos nós, foi nela que os oradores ora analisados encontraram guarida, para as pressões advindas do processo de cassação, e argumento, para tentar sensibilizar os colegas incumbidos da missão de julgá-los culpados ou inocentes.

2.4.2 A Vida Pública

Lavalle (2004, p. 17-18) ao se referir ao pensamento político-social assevera que “democracia, cidadania ou espaço público entre outras, são idéias nas quais aparecem condensados de forma indissolúvel fortes elementos descritivos e normativos: a presença dos primeiros – associações sufrágio, opinião pública, partidos políticos, legislação, por exemplo – autoriza a aplicação dessas idéias em realidades muito dissímeis; entretanto, os componentes normativos – igualdade, liberdade, civilidade etc. – acusam de imediato o caráter ‘artificial’ dessa operação ou a índole ‘disforme’ do real, dependendo da postura assumida.”

É essa postura assumida que configura a imagem pública de um político, que, em síntese, é o pilar que fundamenta a sua vida pública. É por meio da imagem que ele passa a ser conhecido. Se sua personalidade real é inacessível aos eleitores em geral, sendo somente conhecida pelos que privam de sua intimidade e a ela têm acesso, a imagem pública é o seu cartão de visita. Ferraz (2006) assevera que a imagem de um político é tão importante na sua vida pública, quanto sua personalidade o é na vida privada, já que ela é, em última análise, a sua personalidade pública. A defesa da imagem, contra os ataques que

visam comprometê-la, é, pois, preocupação constante do político, e área onde ele não pode revelar hesitação.

Segundo Sá (2006), a imagem é o ‘calcanhar de Aquiles’ de qualquer político. A expressão, sinônimo de ‘o ponto fraco de alguém’, é uma metáfora que nasceu de uma lenda egípcia, e cabe como uma luva na realidade de todo aquele que, de alguma maneira, se envolve com o poder. A simbologia leva à discussão sobre a vulnerabilidade de pessoa ou instituição que buscam visibilidade”.

E a reputação é componentes da imagem. Observemos o que Ferraz (2006) dispõe a respeito da reputação do político:

Ela assinala, na maioria das vezes, o traço mais marcante e mais forte da imagem. A imagem de um político é, invariavelmente, descrita por uma pluralidade de atributos, já a reputação tende a ser definida de maneira singular.

O famoso discurso de que “o brasileiro tem memória curta” é cada dia mais desacreditado. Em entrevista à revista eletrônica Extra Classe, John B. Thompson² esclarece que o escândalo político nos dias de hoje tem novos contornos em razão do avanço tecnológico.

Os líderes políticos já tinham grande visibilidade através da imprensa escrita. Mas, com o desenvolvimento da mídia eletrônica, em especial a televisão, essa visibilidade se acentua. Eles se tornam personagens com características identificáveis. Cada vez mais, buscam se apresentar como

² Fala pronunciada por John B. Thompson em entrevista concedida a Paulo César Teixeira, na revista eletrônica Extra Classe. Ano 7. nº 66. Out. 2002. Disponível em: <http://www.sinpro-rs.org.br/extra/out02/entrevista.asp> Acesso em: 20 ago.2006.

indivíduos comuns. E a questão da personalidade, do caráter, passa a ser mais importante para a vida política. Tudo aquilo que, antes, permanecia oculto nos bastidores da ação política, vem a público com as novas tecnologias de vigilância e investigação – câmeras escondidas, fitas de gravação, grampos de telefone, etc. Com isso, é possível captar, documentar e depois veicular o que está escondido. Neste sentido, a fronteira entre eventos públicos e privados torna-se obscura. Ações e posicionamentos que, até então, os políticos julgavam manter no domínio do privado, passam a ser transmitidos para uma ampla audiência.

Não é à toa que os políticos temem ter sua imagem pública arranhada por escândalos. A possibilidade de serem defenestrados da vida política é grande diante do grande acesso da população às notícias. Nos textos que analisaremos, é possível observar a estratégia dos oradores de listar seus cargos e atividades públicas no passado como tentativa para ofuscar as denúncias de envolvimento com corrupção.

2.4.3 A Religiosidade

Como parte muito presente na cultura, a religião cumpre função significativa na transformação das estruturas sociais. Entre as diversas forças que determinam a formação da sociedade, a religião tem sido apontada como elemento predominante. Orlandi (1987, p. 8) dispõe que discursivamente “a religião pode ser vista como o lugar em que, na onipotência do silêncio divino, o homem encontra um espaço para preencher com palavras que delineiam o que podemos chamar sua ‘vida espiritual’”. Esclarece ainda que enquanto vista como discurso a religião

se configura como a “territorialização da espiritualidade do homem”. (ORLANDI 1987, p. 9).

Nesse caminho de territorialização da espiritualidade do homem se sobressai um dos mais importantes preceitos da religiosidade: a fé, sem a qual, para os que em Deus acreditam, não há salvação. “Dada a condição humana em relação a Deus, dada a separação indicada por essa condição (o pecado existe), a fé é a possibilidade de mudança, é a disposição de mudar em direção à salvação.” (ORLANDI, 1996, p. 250).

Não estamos falando de discurso religioso e tampouco de messianismo no discurso político, em que o político se apresenta como o messias, ou seja, aquele que vem para mudar o atual estado das coisas, ou aquele que conduzirá o povo a uma situação melhor que a que ora vige. Quando apresentamos a religiosidade como referencial para a argumentação dos discursos de defesa, estamos nos referindo essencialmente ao vocabulário utilizado que nos remete a conceitos religiosos. Obviamente, esse vocabulário foi escolhido pelos oradores com objetivos bem claros. Ao utilizarem expressões religiosas conhecidas como via-sacra, calvário, culpa, resignação, inquisição, martírio, alma, fé, os oradores visam demonstrar que são homens dignos de compaixão, porque estão vivendo momentos de extremo desconforto. O objetivo dessas expressões é sensibilizar os ouvintes e também mostrar como os oradores são homens de fé, dignos do perdão divino e, conseqüentemente, da absolvição dos colegas.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE

3.1 COMENTÁRIOS INICIAIS

Os discursos políticos de defesa a que nos propomos analisar neste trabalho foram produzidos num momento de extrema conturbação na Câmara dos Deputados. O Conselho de Ética apurou as denúncias de envolvimento de Deputados com o chamado “mensalão” e emitiu parecer pela cassação ou absolvição. O Plenário da Câmara dos Deputados é soberano para decidir o destino dos envolvidos, sendo a sessão plenária do dia do julgamento do processo de cassação a última chance que os acusados tinham para se defender das acusações. Usaram, pois, de todos os artifícios que dispunham para se mostrarem inocentes e merecedores da absolvição por parte dos colegas.

Para manter a privacidade dos oradores escolhidos, optamos por nomeá-los por Deputado A, Deputado B, Deputado C e Deputado D. Os discursos em seu inteiro teor constam dos respectivos Anexo A, Anexo B, Anexo C e Anexo D. Cumpre esclarecer ainda que os nomes dos demais Deputados citados nos discursos foram igualmente preservados, passando a serem chamados de Deputado E, Deputado F, Deputado G, e assim por diante, conforme a ordem de aparição nos referidos pronunciamentos, respeitando as eventuais citações recorrentes.

Para facilitar a leitura do trabalho, utilizamos a marcação de parágrafos a fim de localizar os trechos nos discursos. Antes da apresentação de cada trecho, será citado o Deputado e o número do parágrafo a que ele se refere, por exemplo: Deputado A, parágrafo 5.

Feitos esses esclarecimentos, observemos a partir da agora algumas das estratégias argumentativas utilizadas pelos Deputados para embasarem sua defesa, aproximarem-se dos colegas e envolvê-los persuasivamente.

3.2 A BASE FAMILIAR COMO ELEMENTO ARGUMENTATIVO

O primeiro elemento do tripé argumentativo a ser abordado será a família. Como já dissemos no Capítulo 2, a família é a célula-mãe da sociedade e foi no seio de suas famílias que os oradores estudados buscaram apoio e refúgio neste momento difícil em suas vidas políticas. Mas não somente isso, as famílias serviram também como instrumento para causar comoção nos ouvintes, sob o argumento de que não só os oradores estavam sofrendo com o processo, mas também suas famílias, especialmente filhos e esposa.

Em dois trechos, o Deputado A refere-se aos danos e às marcas que o processo tem causado a ele e à sua família. Apela, assim, para a emoção, numa

tentativa clara de comover os ouvintes diante do sofrimento a que sua família e ele próprio foram impingidos.

Observemos o que diz o Deputado A, no parágrafo 1:

É para mim doloroso estar nesta tribuna e lembrar mais uma vez o processo vivido por mim, minha esposa, meus filhos, minha mãe, todos os meus familiares, companheiros, amigos e colaboradores. Desde junho do ano passado, há mais de 9 meses, falsas acusações contra meu nome foram lançadas de forma irresponsável à Nação brasileira, o que provocou em mim e nos meus familiares marcas profundas e indelévels, tal qual no romance A Metamorfose, de Franz Kafka, no qual o protagonista dorme humano e acorda inseto.

Os ferimentos causados pela presente representação, em todas as suas dimensões, quer seja no campo pessoal ou no familiar, são incomensuráveis.

Observemos o vocabulário altamente voltado para a argumentatividade, procurando mostrar a extensão dos danos causados pelo processo de cassação: “é doloroso”, “marcas profundas e indelévels” e “ferimentos [...] incomensuráveis”. Os termos usados pelo orador tendem sempre ao exagero, para o sofrimento excessivo, com objetivo de causar impacto e denotar seus sentimentos de dor. Ao citar a obra A Metamorfose, de Franz Kafka, o Deputado se compara ao protagonista, ou seja, a situação que ora vive o transformará para todo o sempre, ele nunca mais será a mesma pessoa.

Dos mesmos argumentos se utiliza o Deputado D, no parágrafo 4:

Sras. e Srs. Deputados, meu sossego acabou porque minha honra foi vilipendiada e minha honestidade, colocada em dúvida. Minha família, que certamente está me assistindo neste momento, passou por momentos difíceis e de grande dor. Meus filhos não puderam ir à

escola e tiveram de ser transferidos para outra, longe da cidade de Campinas, onde moramos, devido à retaliação que sofreram comigo. Meu futuro político foi comprometido, meu nome, maculado, e minha angústia é tamanha que certamente ficará estampada em meu semblante.

O Deputado D ressalta os danos que o processo de cassação causou em sua honra, ressalta o sofrimento por que os filhos estão passando, menciona que tiveram de mudar de escola, em virtude de estarem sendo penalizados pelas acusações feitas a ele. Enfim, ao descrever a situação dos filhos, o orador objetiva demonstrar que não apenas a vida política dele foi afetada, mas a estrutura familiar foi duramente abalada, atingindo preferencialmente os filhos.

No parágrafo 28, o Deputado A remete-se novamente à dor e se reporta à importância da família:

Se, de um lado, Srs. Parlamentares, vivi um grande sofrimento, de outro, cresci como pessoa. Adquiri maior consistência de meus limites e de minhas possibilidades. A dor ensina, Srs. Parlamentares, e ensina muito, e posso dizer que aprendi. Aprendi a prestar mais atenção às virtudes dos homens, à importância da família, da amizade, da lealdade, da compreensão e, sobretudo, da justiça.

Vale notar, ainda neste parágrafo, que o Deputado A menciona o sofrimento como forma de aprendizagem e até mesmo de redenção. Faz questão de dizer que a dor ensina e que ele aprendeu. Neste aprendizado dolorido, passou a prestar mais atenção a elementos que podemos inferir não lhes eram tão caros antes do processo de cassação.

E, por fim, no parágrafo 38, agradece à família e a ressalta como alicerce para que seguisse em frente:

Agradeço especialmente à minha esposa, à minha mãe, aos meus filhos e irmãos, à família como um todo, que serviu de alicerce sólido, seguro, para tão árdua travessia.

Embora negue logo nas primeiras frases do parágrafo 19, o Deputado B recorre a um argumento apelativo com objetivo de comover o público ouvinte, ao se referir aos quatro filhos e à sua esposa. Ele próprio não se dá conta do quanto é apelativo o fato de ter levado os filhos para assistirem a seu julgamento no processo de cassação, expondo-os à opinião pública. Tenta então minimizar esse efeito apelativo, dizendo que se sente honrado com a presença de sua família nas galerias. Afinal, foram os familiares que lhe deram forças para enfrentar corajosamente o processo de cassação, ressaltando que sua intenção precípua é provar aos filhos que ele é um homem digno, um exemplo a ser seguido por eles.

O motivo básico que me deu forças para agir assim foi o fato de eu ser um pai de família. Sinto-me muito honrado por ser pai de quatro filhos, dois ainda crianças e dois adolescentes, e vê-los aqui nas galerias, junto de minha esposa. E não digo isso com a intenção de recorrer a qualquer tipo de apelação. Eu pensei muito, olhei bem no fundo do meu coração, e quando tomei a decisão de não renunciar disse a mim mesmo: eu preciso educar bem os meus filhos! Que moral, que autoridade terei para dar o exemplo de pai que pode andar de cabeça erguida, em paz com sua consciência, na certeza de manter uma atitude reta na vida, que moral terei para ensinar meus filhos, minha filha e meus três filhos, a serem pessoas independentes se eu não tiver a dignidade, a coragem de levar minha defesa até às últimas conseqüências, explicando todos os fatos, enfrentando a situação, mesmo sendo, em alguns momentos, tão atacado? Por isso, eu disse a eles: *"Filhos, fiquem serenos; aconteça o que acontecer, vocês saberão sempre que seu pai é um homem digno"*.

No parágrafo 8, O Deputado C se apóia na figura paterna, relatando a vida de operário pobre, mas digna e solidária. O objetivo no caso é demonstrar

que ele foi criado com simplicidade, mas com honestidade. E esses ensinamentos perduraram por toda a sua vida. A tônica mais forte está na palavra coragem. Ele inicia o pensamento a partir da frase de Raul Seixas e o fecha com uma frase própria, demonstrando a sua coragem de resistir ao processo e não renunciar ao mandato.

Há um retrato do meu pai, no meu escritório, em São Paulo. Abaixo do retrato há uma frase do Raul Seixas que diz assim: "Se me faltar coragem para seguir viagem, a fé que me faltar eu vou buscar em você, meu pai."

Meu pai foi um operário. Trabalhou durante 25 anos como metalúrgico em Osasco. Ele me ensinou quatro coisas básicas: a honra, a moral, a honestidade e a solidariedade. E eu as pratico, como meu pai falou e me ensinou.

Se não bastasse isso, a minha filha, no início da crise, perguntou-me: "Mas, pai, por quê?" A partir daquele instante eu pensei: "Eu não vou partir. Eu vou ficar, vou resistir e vou falar".

Os Deputados B e C utilizam a mesma estratégia argumentativa, quando utilizam os vocativos para se aproximarem mais dos ouvintes, captar-lhes a atenção e trazê-los para dentro do seu discurso. É curioso notar que sempre incluem os familiares, o que nos sugere pelo menos duas vertentes: o discurso de defesa é também direcionado aos familiares, objetivando convencê-los tanto quanto os colegas Deputados; ou, ao citar a família, os oradores tentam se mostrar amparados e apoiados pelos seus entes.

Observemos o que diz o Deputado B, no parágrafo 1:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos e familiares presentes nas galerias, que, devo destacar, cobriram longas distâncias para estar

aqui, vindo não só de Minas Gerais mas de outros Estados, movidos pela força da amizade e pela simples solidariedade; funcionários da Casa, profissionais da imprensa que se fazem presentes, milhares, talvez milhões de brasileiros que acompanham pela *TV Câmara* e outros meios de comunicação estes julgamentos, particularmente o meu, em primeiro lugar, quero dedicar uma pequena parte deste meu discurso para fazer alguns agradecimentos.

Observemos agora a utilização dos vocativos pelo Deputado C, nos parágrafos 1 e 4, respectivamente:

Sr. Presidente, Deputado Aldo Rebelo, companheiros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, público presente, minha família, meus amigos, meus companheiros, povo brasileiro que assiste a esta sessão, em momentos difíceis como este, que nos põem à prova como seres humanos, imediatamente vem à nossa cabeça o comum questionamento do porquê. Por que temos de passar por experiências como esta?

[...]

E é com este sentimento de honestidade, de confiança e de respeito que me dirijo a cada uma das Sras. Deputadas, a cada um dos Srs. Deputados, à minha família, aos meus amigos, aos meus companheiros e ao povo brasileiro, para prestar conta desse episódio, para tentar convencê-los de que a circunstância, muitas vezes, leva-nos a profundo questionamento. E há mudanças para as quais temos de estar abertos.

Com a apresentação desses trechos, percebemos claramente que a instituição familiar não somente foi base de apoio que os oradores analisados encontraram para enfrentar o processo de cassação, como também serviu de argumento para sensibilizar os colegas incumbidos da missão de julgá-los culpados ou inocentes.

3.3 A VIDA PÚBLICA E A IMAGEM

O segundo ponto a abordarmos na análise do discurso político de defesa é o argumento baseado na vida pública. Já dissemos anteriormente que a postura assumida pelo político é o pilar que fundamenta sua vida pública. Ele vende a sua imagem, e por isso mesmo a defesa contra os ataques que visam comprometê-la é uma preocupação constante.

O temor por terem sua imagem pública arranhada por escândalos faz com que os Deputados recorram a estratégias argumentativas que venham a fortalecer a imagem que tinham no passado, numa tentativa clara de ofuscar as denúncias de envolvimento com corrupção no presente.

O Deputado A, no parágrafo 7, reconhece o esforço empreendido para construir uma boa reputação na vida profissional e complementa dizendo que basta uma acusação para provocar uma reviravolta e talvez até causar danos irreparáveis. Ele faz questão de se dizer profissional da área médica, para demonstrar que a função política não é o seu único meio de vida. Observemos ainda que nomina as acusações a ele feitas de “levianas” e reitera que quando a verdade aparece não há reparação de danos capaz de lhe retirar as cicatrizes “da alma e da carne”.

Como o profissional da área médica, para construir uma boa reputação é preciso esforço, retidão e muita dedicação. Para consolidar uma carreira

política, os senhores e as senhoras sabem que não é diferente. Mas basta um só instante, uma acusação leviana para fazer ruir toda a construção de uma vida. Mesmo quando a verdade aparece, o que é o caso que estamos vivendo aqui agora, a reparação dos danos não conseguirá retirar as cicatrizes da alma e da carne. A palavra depois de dita é como uma flecha, meus caros Deputados, que uma vez lançada não mais retorna ao ar.

Neste outro trecho, no parágrafo 21, destacando o tempo de vida pública – 15 anos –, o Deputado A reitera a “retidão de conduta” com que pautou a sua vida, o que, segundo suas palavras, colaborou para que nada fosse provado contra ele. E ainda conclui o parágrafo com um ar de magnanimidade ao não desejar esse infortúnio nem a seus algozes.

Não é fácil, companheiros, não é nada fácil, após 15 anos de vida pública, ter suas particularidades espezinhadas como eu tive. Somente a retidão de conduta com que tenho pautado a minha vida é que permitiu que nada fosse encontrado para convalidar aquelas falsas acusações impetradas contra mim. Não desejo tal dissabor a ninguém, nem mesmo aos meus algozes.

No parágrafo 6, o Deputado C também faz questão de dizer o tempo de mandato – 22 anos – e passa elencar as atividades políticas que exerceu na vida pública. O objetivo neste caso é dar legitimidade a seu passado, demonstrando que ele é uma pessoa confiável e que exerceu cargos importantes por onde passou.

Tenho 22 anos de mandato. A metade da minha vida, um pouco mais, eu me entreguei para esta ação - e me entreguei com prazer, não reclamo disso. Fui Vereador, Líder de bancada na minha cidade, Deputado Estadual, Líder de bancada no meu Estado, Deputado Federal, Líder de bancada nesta Câmara dos Deputados, e me transformei Presidente da

Câmara. Fui Presidente do meu partido no meu Estado, dirigente do meu partido no meu Município, dirigente no meu partido no plano nacional.

O mesmo Deputado C relembra, no parágrafo 67, sua origem humilde de metalúrgico e destaca que não acumulou riquezas nos seus 22 anos de mandato.

V.Exas. conhecem um pouco da minha história. Sabem que fui metalúrgico, como meu pai e minha irmã; que dediquei a maior parte da minha vida à causa do povo brasileiro; que, por opção, não acumulei riqueza na minha vida em 22 anos de mandato.

O Deputado D prefere destacar sua atuação na Câmara dos Deputados, citando os cargos que assumiu e as proposições que apresentou. No parágrafo 40, ao se utilizar da expressão “V.Exas. podem concluir comigo”, o orador chama a atenção do público ouvinte e tenta conduzir a linha de pensamento, de modo que convirja para o seu intento.

Atuei em inúmeras Comissões parlamentares: participei da CPI do Narcotráfico; fui membro titular da Comissão de Constituição e Justiça; fui Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; fui membro titular, durante 4 anos, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; tenho 53 projetos de lei apresentados nesta Casa, entre os quais 4 que se encontram no Senado Federal, para se tornarem leis. Daí, V.Exas. podem comigo concluir que o meu mandato era e sempre foi um mandato independente.

No parágrafo 8, antes de remontar sua vida pública, o Deputado B frisa sua origem modesta, reforça a criação baseada em valores morais e cristãos que recebeu de sua família.

Estou nesta Casa no meu segundo mandato. Venho de uma família modesta do interior de Minas Gerais e trabalho para sobreviver desde os 12 anos de idade. Para a formação de meu caráter contribuíram tanto os valores morais que recebi da família quanto às necessidades que encarei, que moldaram minha alma para uma vida desambiciosa e simples. De meus pais Cirilo e Dalva recebi a orientação moral e cristã que cultivo com muita gratidão. Eles ensinaram a mim e a todos os meus irmãos as lições básicas de honestidade, honradez, decência e pudor, não somente em palavras, mas em suas práticas de vida.

Logo no parágrafo seguinte, 9, ele traça sua trajetória política, ressaltando o número de votos que recebeu para ser reeleito, como prova da legitimidade do seu mandato.

Assim, ao ingressar na atividade política como fundador do PT, tendo sido Vice-Prefeito e Prefeito de Ipatinga, conquistei credibilidade para eleger-me Deputado Federal, e reeleger-me com 99.976 votos, em 2002, dada a forma correta e transparente como me dedico ao trabalho parlamentar. Todas as minhas contas dos exercícios de mandato eletivo foram aprovadas sem ressalvas. Em nenhuma ocasião me enquadrei em qualquer processo de corrupção.

Observamos nesses trechos que os oradores discorreram sobre suas vidas públicas, listando seus cargos e atividades políticas no passado, com objetivo de legitimar seu atual mandato e de ofuscar as denúncias de envolvimento com corrupção.

3.4 O VOCABULÁRIO RELIGIOSO E A COMOÇÃO

O terceiro ponto de convergência nas estratégias argumentativas foi a religiosidade. Todos os oradores analisados se utilizam reiteradamente de vocabulário religioso seja para externar sua fé e confiança em Deus, seja para demonstrar o seu sofrimento, seja para causar comoção no público ouvinte.

O Deputado B, no parágrafo 7, reforça sua fé em Deus, quando externa seu pedido por “força e coragem para que assim seja hoje e sempre”. Utilizando terminologia evidentemente católica, recorre ao poder divino para que lhe dê a força e a coragem necessárias para prosseguir, demonstrando assim a sua fé.

Até aqui busquei não mentir nem me omitir quanto às minhas ações, e continuo pedindo a Deus força e coragem para que assim seja hoje e sempre. É certo que eu poderia ter sido mais prudente dentro deste espinhoso ofício da política, porém me conformo ao perceber que não existe absoluta segurança perante os grandes e inevitáveis vendavais que se apresentam em nossas vidas.

No parágrafo 43, o Deputado D fala da fé que abraçou: Observemos a pausa fielmente descrita pela taquigrafia, quando o orador pronuncia a palavra “fé”. Podemos depreender que este seja um momento de grande emoção para ele, em que provavelmente tenha embargado a voz e sido obrigado a interromper brevemente seu discurso. A pausa, assim como a alteração no timbre de voz, é um recurso discursivo de grande eficácia para destacar determinado trecho da fala e serve igualmente para chamar a atenção do público ouvinte.

Deputadas e Deputados, a fé (pausa) que abracei resgatou a minha cidadania, dando, em minha juventude, a oportunidade de ser um homem honesto e trabalhador.

Logo em seguida, no parágrafo 44, o Deputado D continua se referindo à religião. Faz questão de dizer que respeita todas elas, inclusive a fé do Relator do seu processo no Conselho de Ética, que provavelmente deve seguir uma outra religião. Tal comentário nos leva a pensar que o objetivo aqui é o de não se contrapor a nenhuma religião, buscando uma identidade única para a fé independentemente da linha religiosa a que estejam ligados os demais Deputados.

Respeito todas as religiões. Respeito a fé fervorosa do eminente Relator, Deputado U³, que se dedica também a sua instituição. Admiro, de igual forma, as inúmeras igrejas evangélicas, pois são minha vida. Buscam — sou testemunho vivo disso —, diante de seus trabalhos missionários, resgatar o espírito e a dignidade dos homens.

E, no parágrafo 45, o mesmo Deputado D complementa seu pensamento, dizendo que se recusa a ser vítima de um processo inquisitório, comparando o processo de cassação à Inquisição, na Idade Média. Segundo o orador, as acusações que recaem sobre ele são delirantes e para as quais não há provas materiais.

Por essas razões, não vou admitir ser condenado por respeitar os postulados da minha fé. Não vou aceitar ser vítima de um processo de inquisição. Não posso aceitar passivamente ser condenado devido a uma acusação delirante que sequer encontra tipificação no Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

³ Nominamos de Deputado U o Relator do processo do Deputado D.

Na Idade Média, mesmo sem provas, os acusados de crimes contra a Santa Igreja eram julgados e condenados às penas mais absurdas. Os processos de acusação, julgamento e execução eram rápidos, sem formalidades e sem direito de defesa. Ao réu, a única alternativa era confessar, renunciar sua fé e aceitar o domínio e a autoridade da Igreja Católica. Os direitos de liberdade e de livre escolha não eram respeitados. Os acusados eram feitos prisioneiros e, sob tortura, obrigados a confessar sua condição herética⁴.

[L1] Comentário: <http://www.spectrumgothic.com.br/ocultismo/inquisicao.htm> 5/10 12h

No parágrafo 11, o Deputado B também se refere à cassação como um processo inquisitório, afirmando que foram submetidos a prejulgamentos, achincalhamentos, humilhações e condenações sumárias. Assim como na Idade Média os hereges eram punidos severamente e sem chance de defesa, na visão dos oradores, os Deputados ora acusados estariam sendo condenados sem a devida comprovação das acusações que lhes foram feitas. Observemos o trecho a seguir:

A Câmara dos Deputados foi colocada no centro de uma crise institucional e ética, num clima de acirramento político inédito, suas dimensões determinadas pela grande mídia no episódio conhecido como "mensalão", diante do que se criou um processo inquisitório com prejulgamentos, achincalhamentos, humilhações e condenações sumárias, sendo que no início a nossa versão dos fatos era praticamente desconsiderada, quando não deturpada.

⁴ Disponível em: <<http://www.spectrumgothic.com.br/ocultismo/inquisicao.htm> 5/10> Acesso em 5 out. 2006.12h.

Outro ponto coincidente é a utilização da resignação como argumento. Os Deputados se mostram resignados com o que estão passando, assim como os mártires da inquisição que morriam em nome da fé que professavam. Os oradores mostram-se crentes de que a verdade que apregoam virá à tona e que eles estão sendo apenados para que a instituição mostre à sociedade que está buscando a apuração dos fatos e a punição dos envolvidos no escândalo do mensalão, independentemente de culpa. O Deputado A deixa isso bem claro no parágrafo 22:

Convenci-me então de que, além dos eventuais culpados que possam existir, outros Parlamentares como eu deveriam pagar alto preço para purgar a crise política e a exaustiva exploração do tema pela mídia, para dar vazão, talvez, a inconfessáveis instintos de parte da sociedade. Aceitei minha sina com resignação.

No parágrafo 6, O Deputado B se diz abnegado e reitera que escolheu o caminho mais arriscado, qual seja o de passar pelo processo de cassação e ser julgado em plenário. O caminho mais seguro seria o da renúncia, pois não correria o risco de ser cassado e manteria seus direitos políticos, podendo concorrer como candidato a cargos eletivos nas próximas eleições:

Escolhi, abnegadamente, o caminho mais arriscado, por se tratar do mundo da política, porém o único em que me sinto de bem com a vida, com V.Exas., com o povo brasileiro, com minha família e com meus amigos. A verdade é o caminho que me vem dando clareza, força e resistência para chegar à conclusão deste processo de julgamento político com transparência e coerência, agindo sempre pautado pela boa-fé.

Igualmente, o Deputado D, fala em resignação e dignidade, diz-se certo de sua inocência e também demonstra que escolheu ser processado pela Câmara dos Deputados em vez de renunciar, uma vez que a renúncia pode ser vista como a assunção da culpa ou uma tentativa de fugir da punição. Observemos o que diz no parágrafo 5:

Sras. e Srs. Deputados, submeti-me ao processo ético-disciplinar certo da minha inocência. Enfrentei, com resignação e dignidade, as denúncias sem renunciar, correndo o risco de perder meu mandato e ficar inelegível por 8 anos.

Agora observemos a utilização do vocabulário religioso em outros trechos dos discursos.

No parágrafo 4, o Deputado A utiliza as palavras “fé”, “alma”, “sagrado”, “clemência”:

Vivi um dia por vez, agarrando-me à fé de que veria a verdade triunfar antes que minha alma fosse abatida. A falsa acusação tem esse poder de destruição, pois condena a pessoa de pronto, sem considerar seu sagrado direito de defesa. Sem qualquer clemência, os direitos das pessoas são conspurcados, ignorados.

O Deputado A, nos parágrafos 15 e 19, respectivamente, utiliza-se da palavra “calvário” para definir o processo disciplinar a que foi submetido:

A ausência absoluta de provas que restou, após longo período de verdadeiro calvário, é consequência direta da mais absoluta ausência de culpa.

[...]

Apesar da diligência do Presidente do Conselho, continuei vivendo o meu calvário e assistindo de forma absolutamente impotente ao lento, desgastante e arrastado desenrolar do processo disciplinar a que fui submetido.

A mesma palavra e no mesmo sentido é utilizada pelo Deputado D, no parágrafo 2:

Sr. Presidente Deputado Q⁵, caros colegas, há mais de 7 meses venho enfrentando dias de angústia, passando verdadeiro calvário por ser acusado de algo que não fiz

Para se referir ao processo de cassação, o Deputado B prefere usar a palavra “via-sacra” e a qualifica de “tenebrosa”. Só por ser uma via-sacra, lembrando a por que passou Jesus Cristo, já nos remete a um momento de extremo sofrimento e, ao utilizar o adjetivo “tenebrosa”, o orador aplica maior força à palavra antecessora, carregando-a de um significado mais sofrido ainda. Observemos o que diz no parágrafo 59:

Muito grato a V.Exas. que me respeitaram diante desta via-sacra tenebrosa que venho enfrentando.

Osakabe (1999, p. 110) chama de promoção “o ato de promover o ouvinte para um lugar de decisão na estrutura política”, e é isso que fazem os Deputados, ainda se utilizando do vocabulário religioso.

⁵ Nominamos o Deputado que presidia a sessão naquele momento de Deputado Q.

O Deputado B, no parágrafo 58, pede a absolvição dos colegas, dizendo-se feliz diante de Deus:

Peço que, mantendo no coração e na consciência o profundo senso de justiça, V.Exas. liberem este modesto Deputado que tudo fez para comprovar a sua honra, a sua dignidade; mas se assim não for, meus nobres Deputados, ainda me considero feliz diante de Deus, diante dos meus e diante da vida.

O Deputado C, no parágrafo 70, diz que optou passar por esses momentos difíceis, assim como Jesus Cristo optou ficar no deserto, e agora pede um voto de confiança dos colegas: Há que se notar ainda neste parágrafo, que a comparação é feita com Jesus Cristo, uma figura forte e emblemática, exemplo supremo de resignação:

Exatamente por isso Jesus Cristo, no momento mais difícil, optou por ficar no deserto. Eu fiquei e agora peço um voto de confiança para continuar lutando pelo povo brasileiro ao lado de V.Exas.

No parágrafo 56, o Deputado D se diz injustiçado pela acusação absurda e inconsistente, mas confiante de que seu martírio está chegando ao fim com o veredicto dos colegas:

A acusação que me fazem é absurda e inconsistente. Estou confiante de que a minha angústia e de que o meu martírio estão chegando ao fim.

Como pudemos observar nos excertos destacados, com a utilização do vocabulário religioso os Deputados buscam não só comover, como também

procuram demonstrar identificação religiosa com os ouvintes que irão exercer o papel de julgadores.

O uso de estratégias argumentativas baseadas na família, vida pública e religiosidade mostraram o quanto esses conceitos são fortes e arraigados no seio da sociedade, sendo capazes de servirem como base para a defesa para os Deputados acusados. A defesa não se faz, portanto, unicamente com a desqualificação das acusações e a explicação detalhada dos eventos que provocaram o início do processo. Lançar mão de conceitos que são imensamente caros e importantes na vida de qualquer pessoa, foi uma das estratégias que os Deputados utilizaram para se mostrarem dignos da absolvição.

CONCLUSÃO

Quando estamos numa roda de amigos em conversas informais, não raro percebemos a presença de uma ou outra pessoa que se destaca por saber o que dizer na hora certa. Muitas vezes ainda, idéias opostas são confrontadas e com maestria tal pessoa consegue fazer prevalecer seus argumentos sobre os demais e impor seu pensamento.

O que dizer então do discurso político? E mais: o que dizer do discurso político de defesa? Hoje em dia, com a massificação dos meios de comunicação, não é tão comum vermos comícios às vésperas da eleição, com os candidatos em cima de palanques bradando suas promessas e o povo encantado aplaudindo-os

efusivamente. É certo que isso ainda acontece, mas muitos ainda não se dão conta do poder persuasivo daqueles discursos. O objetivo ali é claro: o voto de cada um dos ouvintes. O poder de convencimento dos políticos é imenso, pois sabem o que dizer e como dizer.

O discurso político de defesa não foge à regra. Eivado de expressões de efeito, de vocabulário extremamente trabalhado, de perguntas retóricas bem definidas, de argumentos persuasivos e apelativos, os políticos se saem bem na hora de se defender das acusações que sobre eles recaem. Procuramos estabelecer ligação entre a prática e a teoria e pudemos perceber neste trabalho como os Deputados acusados de receberem mensalão para votarem de acordo com o Governo se utilizaram de estratégias argumentativas para embasar suas defesas .

Tomando por base marcos teóricos, verificamos como os Deputados utilizaram recorrentemente determinadas estratégias argumentativas para amparar seus discursos de defesa, assim como analisamos os objetivos que os nortearam ao se utilizar de tais estratégias. Em suma, nossas questões de pesquisa foram comprovadas durante o estudo e análise dos discursos de defesa. Os exemplos apresentados foram fartos e comprovaram o uso reiterado de argumentos baseados nos conceitos de família, vida pública e religiosidade, com objetivo não só de dar legitimidade a seus mandatos, como também de comover e engajar o público ouvinte, no caso os Deputados que os julgaram.

Não podemos afirmar, no entanto, que os discursos pronunciados em plenário foram determinantes para a cassação ou absolvição. É público e notório

que a decisão na hora do voto não se baseou nas palavras persuasivas e apelativas dos acusados. Passado o tempo, o que se viu foi que as figuras mais expressivas tiveram seus mandatos cassados, como se fossem punidas para servir de exemplo aos demais, enquanto que aos outros processados foi dada a chance para se redimirem. Não nos cabe aqui comentar o resultado do processo em tela, uma vez que tão-somente nos interessa o conteúdo dos discursos de defesa e as lições que desse estudo pudemos apreender.

Com certeza, ainda muito há que se falar sobre o tema. Cada discurso escolhido é grande fonte de estudo e de reflexão. A validade desta análise no meu caso reside no novo olhar e compreensão que lançarei sobre os discursos com os quais trabalharei. Depois do estudo teórico, a prática discursiva com a qual me deparo todos os dias no trabalho se revelará mais claramente e não terei mais a tarefa ingênua de tão-somente reproduzir as palavras ouvidas em plenário. Agora, além do meu dever profissional de registrar fielmente os discursos dos Deputados, também serei uma ouvinte consciente e uma eleitora atuante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BAUER, Martin W; GASKELL, George (ed.). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2005.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2004.
- BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. Bauru: EDUSC, 1999.
- CONDOR, S; C. Antaki. Social cognition and discourse. In van Dijk, T. A. (ed.) *Discourse as social interaction: Discourse studies – A multidisciplinary introduction*. vol. 2. London: Sage, 1997
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FERRAZ, Francisco. Não tema a reputação dos defeitos que o ajudam a ter poder. Política para Políticos. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.politicaparapoliticos.com.br/interna.php?pagina=3&t=750474&s=c380b25dd2d0ae7b822712c50f6d6d45>>. Acesso em: 23 ago. 2006. 15:10.
- FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. 2. ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES, Isaltina Mello. *O envolvimento como estratégia para assegurar a compreensão*. In: Cadernos de linguagem e sociedade. Vol. 5. 2001/02. Brasília: Thesaurus Editora.

KOCH, Ingedore Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1997b.

_____. *A Inter-ação pela Linguagem*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LAVALLE, Adrián Gurza. *Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras*. São Paulo: Globo, 2004.

LIAKOPOULOS, Miltos. Análise Argumentativa. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George (ed.). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O papel da atividade discursiva no exercício do controle social. In: *Cadernos de linguagem e sociedade*. Vol. 7. 2004/05. Brasília: Thesaurus Editora.

MINUCHIN, Salvador. *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

OSAKABE, Haquira. *Argumentação e Discurso Político*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. (org.). *Palavra, fé, poder*. Campina, SP: Pontes, 1987.

PERELMAN, Chaim. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SÁ, Áurea Regina de. A divulgação da imagem de um Prefeito: o trabalho das Assessorias de Imprensa das Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Contexto: comunicação e pesquisa. Disponível em: <<http://www.comtexto.com.br/2convicomACPAureaRegina.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2006. 16:50.

SANTANA, Ana Cláudia B. de. Estratégias Argumentativas Utilizadas nos Discursos Políticos. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 2004.

SPINK, Mary Jane P., MENEGON, Vera Mincoff. Práticas discursivas como estratégias de governabilidade: a linguagem dos riscos em documentos de domínio público. In: INIGUES, Lupicínio (org). *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. São Paulo: Vozes, 2005.

ANEXO A – Discurso de defesa do Deputado A⁶

1. **O SR. DEPUTADO A** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, sociedade brasileira, povo mato-grossense, maior responsável pela minha presença nesta Casa, sem sombra de dúvida, este é um dos momentos mais difíceis e dramáticos da minha vida pública. É para mim doloroso estar nesta tribuna e lembrar mais uma vez o processo vivido por mim, minha esposa, meus filhos, minha mãe, todos os meus familiares, companheiros, amigos e colaboradores. Desde junho do ano passado, há mais de 9 meses, falsas acusações contra meu nome foram lançadas de forma irresponsável à Nação brasileira, o que provocou em mim e nos meus familiares marcas profundas e indeléveis, tal qual no romance *A Metamorfose*, de Franz Kafka, no qual o protagonista dorme humano e acorda inseto.

2. Vivi meu pior pesadelo. A aguda lâmina da falsa acusação é um instrumento perverso e de grande poder de destruição, corta a carne e sangra a alma, de forma insana, mata cruel e levemente, provocando intenso sofrimento.

3. Assim vivi minha agonia. Durante 9 meses procurei de todas as formas estancar essa hemorragia.

4. Viviia por vez, agarrando-me à fé de que veria a verdade triunfar antes que minha alma fosse abatida. A falsa acusação tem esse poder de destruição, pois condena a pessoa de pronto, sem considerar seu sagrado direito de defesa. Sem qualquer clemência, os direitos das pessoas são conspurcados, ignorados. Os princípios, as normas jurídicas, os ditames constitucionais e até a Declaração Universal dos Direitos do Homem são totalmente vilipendiados.

⁶ Discurso disponível em: <<http://intranet2.camara.gov.br/internet/deputados/index.html/loadFrame.html>>

5. Aparentemente, senhores e senhoras, defender-se de uma acusação falsa deveria ser uma tarefa mais fácil. A verdade por si só em um mundo ideal deveria triunfar de pronto sobre a mentira, mas, no mundo atual, a realidade é outra. A suspeição impede que a verdade seja ouvida, e a falsa acusação acaba por se apresentar mais forte. A verdade, proferida por quem durante 10 anos teve credibilidade nesta Casa e em outros plenários desta Casa para formalizar e honrar acordos de votação, não mais serve para anular essas ilações inverossímeis que foram lançadas sobre mim.

6. Não é fato raro que a verossimilhança, essa aberração do comportamento humano, cujo mimetismo consiste em travestir-se de verdade, embora seu cerne seja a mentira, tolha a capacidade de discernimento até de julgadores mais experientes. O resultado é que de um momento para o outro reputações, carreiras e vidas inteiras são destruídas. Aliás, o jornalista Mário Rosa, em seu livro *A Era do Escândalo*, tão bem traduziu essa triste realidade da sociedade brasileira.

7. Como o profissional da área médica, para construir uma boa reputação é preciso esforço, retidão e muita dedicação. Para consolidar uma carreira política, os senhores e as senhoras sabem que não é diferente. Mas basta um só instante, uma acusação leviana para fazer ruir toda a construção de uma vida. Mesmo quando a verdade aparece, o que é o caso que estamos vivendo aqui agora, a reparação dos danos não conseguirá retirar as cicatrizes da alma e da carne. A palavra depois de dita é como uma flecha, meus caros Deputados, que uma vez lançada não mais retorna ao ar.

8. Os ferimentos causados pela presente representação, em todas as suas dimensões, quer seja no campo pessoal ou no familiar, são incomensuráveis. A grandeza do gesto da minha absolvição por este soberano Plenário talvez não seja suficiente para recompor integralmente tudo aquilo a que eu e minha família nos submetemos. Mas, com certeza, seria um recomeçar importante e significativo, que me devolveria a esperança de poder continuar trabalhando pelo meu País, pelo meu Estado, mas sobretudo me ratificaria a certeza de continuar acreditando na verdade.

9. Todas as senhoras e os senhores sabem.

10. Passadoto tempo, mais de 9 meses, não se conseguiu apresentar nenhuma prova ou evidência, documento, declaração ou testemunho, nem nome de familiar ou de assessor meu beneficiado ou qualquer outro elemento mínimo que pudesse eventualmente me envolver, mesmo com os inúmeros depoimentos e apurações que houve nas diversas CPMIs, na Comissão de Sindicância, na Corregedoria, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, como também nas investigações do Departamento de Polícia Federal.

11. Única e ironicamente, Sr. Presidente, restaram as acusações proferidas no momento de um embate político com o uso da terrível arma da falsa acusação, que, aliás, Srs. Parlamentares, foram retratadas na imprensa pelo próprio acusador.

12. Sras. e Srs. Parlamentares, sou um homem público. E, como tal, estou acostumado aos embates políticos inerentes a nossa atividade.

13. Os meus adversários, lá no meu Estado, sabem perfeitamente que luto às vezes de forma intransigente pelas minhas convicções. Mas o faço de forma limpa, absolutamente limpa, nunca de maneira traiçoeira. A falsa acusação lançada sobre mim feriu-me na carne e na alma com a aguda lâmina da mentira.

14. Eu poderia, neste momento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, usar minha própria trajetória política como elemento de defesa. Poderia contar como iniciei minha carreira política, como cheguei honrosamente à Liderança do meu partido, como me tornei uma das lideranças políticas no meu Estado, mas, sinceramente, não desejo que V.Exas. me julguem unicamente pela minha biografia. Quero e preciso ser julgado pelos fatos, e eles comprovam que sou inocente.

15. A ausência absoluta de provas que restou, após longo período de verdadeiro calvário, é conseqüência direta da mais absoluta ausência de culpa. A acusação feita pelo ex-Deputado, cassado por este Plenário, pretendia me arrastar para dentro do chamado esquema do mensalão. Não apresentou ele nenhuma prova para

fundamentar sua denúncia. É espantoso que tal acusação, inconsistente em seu nascedouro, tenha tido força para se arrastar até este momento em que me submeterei ao julgamento dos meus pares neste plenário.

16. A mentira da acusação ficou desmascarada quando o próprio Líder do PTB, tanto na Corregedoria como no Conselho de Ética, inclusive diante do próprio acusador, negou que tivesse recebido de mim qualquer tipo de pressão.

17. Am da verdade, Srs. Parlamentares, para que se fizesse justiça aos fatos, esta ignominiosa acusação deveria ter sido sepultada ainda na Comissão de investigação da Corregedoria, meu caro Deputado E⁷. Talvez, apesar de toda essa inconsistência, a acusação, travestida dessa verosimilhança, tenha sido conduzida pela Mesa desta Casa ao Conselho de Ética, onde chegou, Srs. Deputados, exalando o mais fétido odor da mentira.

18. Não obstante, quando o processo chegou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, imediatamente procurei o seu Presidente, Deputado F, como o fizera em todas as outras instâncias, colocando-me, mais uma vez, prontamente para responder a qualquer dúvida e prestar qualquer esclarecimento.

19. Apesar da diligência do Presidente do Conselho, continuei vivendo o meu calvário e assistindo de forma absolutamente impotente ao lento, desgastante e arrastado desenrolar do processo disciplinar a que fui submetido.

20. Permiti, Srs. Parlamentares, que se abrissem o meu abdome, expusessem minhas vísceras. Minha vida foi absolutamente fustigada e revirada. Fiquei à mercê de oportunistas de plantão, que tal qual abutres, nestes momentos de suspeição ou outras fragilidades, sempre aparecem como vestais, trajadas da mais absurda pureza.

21. Não é fácil, companheiros, não é nada fácil, após 15 anos de vida pública, ter suas particularidades espezinhadas como eu tive. Somente a retidão de conduta com que tenho pautado a minha vida é que permitiu que nada fosse encontrado para convalidar

⁷ Os nomes de todos os Deputados citados no decorrer dos discursos também foi preservado.

aquelas falsas acusações impetradas contra mim. Não desejo tal dissabor a ninguém, nem mesmo aos meus algozes.

22. Também naquela ocasião, Srs. Deputados, a crise política ganhou tamanha envergadura neste País, o que dificultou a individualização de cada caso. Convenci-me então de que, além dos eventuais culpados que possam existir, outros Parlamentares como eu deveriam pagar alto preço para purgar a crise política e a exaustiva exploração do tema pela mídia, para dar vazão, talvez, a inconfessáveis instintos de parte da sociedade. Aceitei minha sina com resignação.

23. Infelizmente, Srs. Deputados, para minha surpresa, o Relator designado no Conselho de Ética, a quem o processo foi distribuído, foi incapaz de reconhecer a face da mentira lançada. E o mais grave, o próprio Relator ainda agregou ao seu relatório apresentado ao Conselho de Ética outras inconsistências, chegando ao ponto de tentar mudar a própria acusação, sem apresentar qualquer prova ou evidência minimamente aceitável. Limitou-se a fazer ilações, usando e interpretando remissões pinçadas de outros depoimentos, sem nenhuma conexão com o processo em pauta.

24. Graças à coerência dos membros do Conselho de Ética foi vencido, e hoje, aqui, foi lido o parecer vencedor pelo ilustre Deputado G, parecer este formulado pelo nobre Deputado H. S.Exa. fez o que deveria ter feito desde o início, ainda nas CPMIs, na Corregedoria ou na Mesa Diretora: declarou não haver provas ou evidências que sustentassem a acusação inicial.

25. As paixões do embate político, Srs. Deputados, por vezes afetam a razão do homem. Espero que saibamos administrá-las para distinguir a verdade da mentira, para que numa Casa de leis como esta se possa aplicar, de fato, a justiça.

26. Sr. Presidente, caras e caros colegas que neste momento têm em suas mãos o poder de decidir sobre esta representação, as provas contra mim não existem. Não existem não porque o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não as tenha conseguido encontrar, mas não existem porque os atos a mim imputados são falsos. O que não existe

neste caso é a culpa que me foi imputada. Por isso não se produziram provas. Tenho a minha consciência tranqüila.

27. Posso olhar nos olhos de cada um dos senhores que aqui estão e dizer que não sou culpado. Não cometi nenhum ato que atentasse contra o decoro e a ética parlamentar. Não pratiquei nenhuma ação pela qual pudesse me envergonhar. Posso olhar cada um dos eleitores do meu Estado, que me deram a honra de representá-los nesta Casa de leis, e afirmar que não me utilizei das prerrogativas do mandato para desonrá-los do seu voto.

28. Se, de um lado, Srs. Parlamentares, vivi um grande sofrimento, de outro, cresci como pessoa. Adquiri maior consistência de meus limites e de minhas possibilidades. A dor ensina, Srs. Parlamentares, e ensina muito, e posso dizer que aprendi. Aprendi a prestar mais atenção às virtudes dos homens, à importância da família, da amizade, da lealdade, da compreensão e, sobretudo, da justiça.

29. Também aprendi, caros colegas, nesses longos meses de sofrimento, a acreditar ainda mais no meu País, no meu querido Estado de Mato Grosso e na importância do Congresso Nacional.

30. Creio sermos, nós, os Congressistas, mais maduros com o aprendizado proporcionado por esta crise, que iremos realizar as transformações, promovendo os avanços necessários, urgentes e imprescindíveis, que obrigatoriamente terão de ser concretizados através de uma ampla e profunda reforma política eleitoral.

31. Confesso, Srs. Parlamentares, que me incomoda o fato de ainda não ter tido a oportunidade de restabelecer a verdade em sua plenitude, principalmente para as pessoas do meu Estado, principalmente para aqueles que confiaram em mim, que me honraram com seu voto e a oportunidade de aqui representá-los.

32. Desde o início deste triste episódio fiz uma opção, a opção pela verdade. Não corri dela. Sabia perfeitamente que a verdade não seria o caminho mais curto, mas,

com certeza, seria o melhor caminho, e minha fé na verdade continua inabalável, assim como nas CPIs e na Comissão de Sindicância.

33. Nunca pude defender-me de fato — foi-me negado esse direito. Como a verdade é o único território em que se pode pisar com segurança, depois de me submeter ao soberano julgamento do Conselho de Ética, deste Plenário — que agora o faço, meio dos senhores — submeter-me-ei ao julgamento da população do meu Estado, e podem estar certos disso, sempre utilizando a verdade como prática para o cotidiano.

34. Finalizo, Srs. Parlamentares, lembrando o orgulho que tenho de nesses últimos 10 anos ter tido a oportunidade do convívio com cada um dos senhores e das senhoras, de ter aprendido com as relações, com os debates. Com os senhores aprendi que somente respeitando as diferenças se promove a igualdade. Orgulho-me também de estar ao lado dos senhores e das senhoras nas transformações que conseguimos produzir para o País nesta Casa, na qual formei incontáveis, sólidas e verdadeiras amizades, que o tempo não se atreverá a apagar.

35. Ao povo mato-grossense externo minha gratidão, meu carinho, pela força transmitida durante toda essa provação que me foi interposta, a suspeição dessas falsas acusações.

36. Enquanto me restar um só dia de mandato popular, continuarei cumprindo o meu papel parlamentar, ajudando no desenvolvimento socioeconômico do meu Estado, como tenho feito nesses últimos anos. Sou um dos principais colaboradores do Governador Blairo Maggi, que vem promovendo inegáveis transformações no meu querido Estado de Mato Grosso, e trabalhando incansavelmente para a melhoria da qualidade de vida do povo mato-grossense. Também continuarei aqui como municipalista convicto, continuarei a apoiar os Municípios na solução das suas necessidades, como tenho feito nos últimos 10 anos.

37. Quero agradecer a todos pelas manifestações de apoio e força externadas, principalmente pelos meus colegas nesta Casa, pelos companheiros de partido, pelos

amigos e eleitores de forma geral. Em particular, agradeço ao advogado e amigo, Sr. José Antônio Duarte Alvarez — mais amigo do que advogado. Radicado em Cuiabá, ele soube me trazer a serenidade nas horas mais incertas, quando foi solicitado.

38. Agradeço especialmente à minha esposa, à minha mãe, aos meus filhos e irmãos, à família como um todo, que serviu de alicerce sólido, seguro, para tão árdua travessia.

39. Sras. e Srs. Parlamentares, confio no discernimento de V.Exas.

40. Estejam seguros de que, votando “sim” ao relatório do Deputado H, estarão fazendo justiça não apenas a mim, mas à própria verdade, que não pode sucumbir diante da mentira. Não se constrói uma sociedade baseada em mentira. Uma sociedade só prospera quando seu pilar central é a defesa da verdade. Por isso optei pela verdade. Confio nos meus pares e tenho certeza de que os companheiros votarão “sim” ao relatório, pelo arquivamento dessa mentira, dessa calúnia que foi lançada sobre mim. E a verdade vai prevalecer.

41. Muito obrigado. (*Palmas.*)

ANEXO B – Discurso de defesa do Deputado B⁸

1. **O SR. DEPUTADO B** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos e familiares presentes nas galerias, que, devo destacar, cobriram longas distâncias para estar aqui, vindo não só de Minas Gerais mas de outros Estados, movidos pela força da amizade e pela simples solidariedade; funcionários da Casa, profissionais da imprensa que se fazem presentes, milhares, talvez milhões de brasileiros que acompanham pela *TV Câmara* e outros meios de comunicação estes julgamentos, particularmente o meu, em primeiro lugar, quero dedicar uma pequena parte deste meu discurso para fazer alguns agradecimentos

⁸ Discurso disponível em: <<http://intranet2.camara.gov.br/internet/deputados/index.html/loadFrame.html>>

2. Tive o cuidado de preparar um pronunciamento por escrito, porque não quero correr o risco de me emocionar demais, o que seria muito fácil, uma vez que este caso tem sido um tanto doloroso para mim, ao longo dos últimos 10 meses. Além disso, não desejo correr o risco de emitir palavras ou juízos que não sejam os mais absolutamente corretos, bem examinados e refletidos. Basta o mau presságio que tenho vivenciado nos últimos meses, somando-se a todo o aprendizado que tendo acumulado em minha vida.

3. Desta forma, agradeço aos milhares de cidadãos que me enviam *e-mails*, aos que oram por mim, por confiarem na minha integridade, nos meus gestos até então, e também nas minhas palavras, inclusive as de que a justiça há de ser feita hoje neste plenário. Agradeço também a todas as lideranças políticas, religiosas, sindicais e pastorais com as quais convivo e que, ao longo deste tempo de muita dificuldade que venho enfrentando, souberam ser amigas e fizeram-se presentes. E agradeço de modo particular aos colegas Parlamentares, a todos os que aqui se encontram e aos que, independentemente de coloração partidária ou de paixão política, quando os procurei para falar a respeito do meu caso, ouviram-me com atenção, tratando-me com dignidade e respeito, o que reforçou minha crença no Parlamento e na democracia brasileira.

4. Agora passo ao discurso que preparei. Ao longo dos meses em que aguardei por este julgamento que ocorre aqui hoje, tenho sido um figurante neste que é um dos mais terríveis e inimagináveis acontecimentos de minha vida. Ligado por um fio invisível e inquebrantável de esperança e fé, andei pelos escombros da vastidão de uma noite em que o pesadelo parecia nunca terminar. Como encontrar a saída? Isto que estou vivendo não é um sonho! Da noite para o dia, a realidade lançou-me a uma provação das mais fortes da minha existência. Mas, mesmo quando a realidade é assim tão chocante e a dor tão cortante, é possível - ainda bem! - parar e adentrar o mais profundo do nosso próprio ser.

5. Assim, esta minha experiência pôs-me diante de duas escolhas: negar as denúncias e fugir para longe, renunciando ao meu mandato, ou dizer a verdade, provar minha inocência e aguardar o que há de vir. E após exatos 10 meses em que fui citado na imprensa nacional por ter recebido recursos para as minhas campanhas eleitorais, aqui estou eu, com a consciência tranqüila, a saúde boa e a alma - naturalmente - doída. Graças a Deus!

6. Escolhi, abnegadamente, o caminho mais arriscado, por se tratar do mundo da política, porém o único em que me sinto de bem com a vida, com V.Exas., com o povo brasileiro, com minha família e com meus amigos. A verdade é o caminho que me vem dando clareza, força e resistência para chegar à conclusão deste processo de julgamento político com transparência e coerência, agindo sempre pautado pela boa-fé.

7. Até aqui busquei não mentir nem me omitir quanto às minhas ações, e continuo pedindo a Deus força e coragem para que assim seja hoje e sempre. É certo que eu poderia ter sido mais prudente dentro deste espinhoso ofício da política, porém me conformo ao perceber que não existe absoluta segurança perante os grandes e inevitáveis vendavais que se apresentam em nossas vidas.

8. Estou nesta Casa no meu segundo mandato. Venho de uma família modesta do interior de Minas Gerais e trabalho para sobreviver desde os 12 anos de idade. Para a formação de meu caráter contribuíram tanto os valores morais que recebi da família quanto as necessidades que encarei, que moldaram minha alma para uma vida desambiciosa e simples. De meus pais Cirilo e Dalva recebi a orientação moral e cristã que cultivo com muita gratidão. Eles ensinaram a mim e a todos os meus irmãos as lições básicas de honestidade, honradez, decência e pudor, não somente em palavras, mas em suas práticas de vida.

9. Assim, ao ingressar na atividade política como fundador do PT, tendo sido Vice-Prefeito e Prefeito de Ipatinga, conquistei credibilidade para eleger-me Deputado Federal, e reeleger-me com 99.976 votos, em 2002, dada a forma correta e transparente

como me dedico ao trabalho parlamentar. Todas as minhas contas dos exercícios de mandato eletivo foram aprovadas sem ressalvas. Em nenhuma ocasião me enquadrei em qualquer processo de corrupção.

10. Infelizmente, em meio à tempestade política que vivemos no Brasil nos últimos meses, em consequência dos desarranjos históricos e estruturais deste nosso Estado e do sistema nacional de financiamento das campanhas eleitorais, recaíram tragicamente sobre os ombros de duas dezenas de Deputados Federais todas as falhas do mundo político brasileiro - como se de uma só vez houvessem sido encontrados os ladrões, os criminosos responsáveis pelas históricas mazelas estruturais da política deste nosso País.

11. A Câmara dos Deputados foi colocada no centro de uma crise institucional e ética, num clima de acirramento político inédito, suas dimensões determinadas pela grande mídia no episódio conhecido como "mensalão", diante do que se criou um processo inquisitório com prejulgamentos, achincalhamentos, humilhações e condenações sumárias, sendo que no início a nossa versão dos fatos era praticamente desconsiderada, quando não deturpada.

12. Instaurados os devidos processos formais, cada Parlamentar acusado agiu de forma coerente com sua história de vida e suas convicções.

13. Quero, para ilustrar a intensidade do achincalhe a que fomos submetidos no início deste processo, citar aqui um episódio ocorrido à porta da sede do PT em São Paulo, quando tive de encarar quase uma centena de profissionais da imprensa brasileira, numa entrevista coletiva, e alguns jornalistas mais exaltados trataram-me como um criminoso, dirigindo-me termos ofensivos, chamando-me de ladrão - era a palavra que ecoava ao meu redor. Entretanto, mesmo diante de todas as agressões, nunca deixei de falar abertamente com a imprensa, não fugi, não me omiti, não busquei outro caminho senão o da verdade.

14. Hoje, para minha tristeza, estou também sendo citado como criminoso nesse relatório, não sei por quê, mas agora estou tendo a oportunidade de provar que tais ilações não se aplicam à minha pessoa, de explicar todos os fatos que motivaram tais denúncias. Desde o momento em que fui envolvido nesta crise, antecipando-me à CPMI dos Correios, à CPI da Compra de Votos e à Corregedoria da Câmara, ofereci meus sigilos bancário, fiscal e telefônico. A Polícia Federal sequer me fez qualquer argüição ou intimação. Procurei o ilustre Deputado I e disse-lhe: *"Estou aqui para colaborar. V.Exas. encontraram apenas uma quantia de R\$ 126 mil, mas há mais, recursos que foram repassados, com a autorização do partido, para financiar minha campanha para Prefeito, e que não estão na lista."* S.Exa. abaixou os óculos e perguntou-me: *"Como pode V.Exa. falar dessa forma? Aqui a maioria das pessoas não diz a verdade, e V.Exa. está dizendo a verdade."* Respondi-lhe que só a verdade poderia salvar-me de um processo tão cruel.

15. Para minha tristeza, porém, toda a verdade que eu expus está sendo usada de uma maneira que não compreendo, e com crueldade estou sendo censurado e tentam condenar-me - eu, que sempre procurei cumprir minhas obrigações legais, tanto que tomei o cuidado de guardar por um longo período todos os documentos fiscais emitidos à época da prestação dos serviços nas campanhas, documentos esses que integram a prestação de contas por mim encaminhada ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. O Sr. Relator produziu sua própria interpretação dos fatos, sabemos disso; mas estou com seu relatório em minhas mãos, e nele não há qualquer comprovação que me coloque na condição de criminoso.

16. Não cabe ler aqui o relatório, porque seria enfadonho, mas, é preciso dizer, não sei como, foi omitido um trecho do parecer dado pelo egrégio Tribunal de Minas Gerais:

i. "Não obstante entender possíveis de serem revistas as decisões judiciais em matéria dessa natureza, porque são de ordem administrativa e não ensejam, então, a coisa julgada material, reputo tecnicamente inviável a análise da documentação acostada na espécie,

dado que não guardadas as normas e instruções impostas pela Justiça Eleitoral para a apresentação de contas suplementares ou retificadoras, nos termos da legislação. O processo foi, então, encaminhado à Corregedoria, para que esta o examinasse."

17. Portanto, não houve uma condenação cabal. E fico temeroso diante da tendenciosidade da afirmação feita, até porque não houve, repito, julgamento final, conclusivo; caso contrário, o processo não teria sido encaminhado à Corregedoria.

18. Jamais cogitei renunciar ao meu mandato. Nos dias mais tenebrosos deste processo, ao ser consultado por companheiros do PT, também denunciados, sobre se havia alguma possibilidade de eu renunciar, respondi que respeitava os que assim procedessem, mas para mim essa hipótese estava totalmente descartada. Mesmo assim, nos dias seguintes circulou um forte boato sobre a minha renúncia, na Casa e na mídia, e para desfazê-lo precisei divulgar uma nota intitulada: *Não renuncio*, e encaminhei para todos os gabinetes o pronunciamento que fiz nesta tribuna reafirmando a minha decisão.

19. O motivo básico que me deu forças para agir assim foi o fato de eu ser um pai de família. Sinto-me muito honrado por ser pai de 4 filhos, 2 ainda crianças e 2 adolescentes, e vê-los aqui nas galerias, junto de minha esposa. E não digo isso com a intenção de recorrer a qualquer tipo de apelação. Eu pensei muito, olhei bem no fundo do meu coração, e quando tomei a decisão de não renunciar disse a mim mesmo: eu preciso educar bem os meus filhos! Que moral, que autoridade terei para dar o exemplo de pai que pode andar de cabeça erguida, em paz com sua consciência, na certeza de manter uma atitude reta na vida, que moral terei para ensinar meus filhos, minha filha e meus 3 filhos, a serem pessoas independentes se eu não tiver a dignidade, a coragem de levar minha defesa até às últimas conseqüências, explicando todos os fatos, enfrentando a situação, mesmo sendo, em alguns momentos, tão atacado? Por isso, eu disse a eles: *"Filhos, fiquem serenos; aconteça o que acontecer, vocês saberão sempre que seu pai é um homem digno"*.

20. Na minha terra natal, costumamos dizer: não entregue a rapadura. Eu não posso entregar, não há como entregar a minha honra, que é o mais precioso valor que tenho na vida. Na minha percepção, a maioria dos homens públicos mantém a alma em sintonia com a verdade e com a justiça. Desde o início destes acontecimentos recebi o apoio e a solidariedade dos companheiros Parlamentares. E a imprensa, que desde o começo exagerou em seus prejulgamentos condenatórios, fez repercutir em todo o território nacional meu julgamento no Conselho de Ética, registrando a correção da minha conduta, questionando a veracidade das acusações, apontando as contradições existentes no relatório que pediu minha cassação - e na realidade houve contradições. Analisem V.Exas. mesmos a maneira como a imprensa brasileira se portou nessa crise, notem a que profundidade ela penetrou, com que intensidade ela lançou ao público tudo que ficou sabendo. Ela não protegeu Parlamentar algum. Pois bem, no dia em que fui julgado no Conselho de Ética, todos os grandes jornais deste País perceberam que algo estava fora do lugar, que a situação estava meio complicada, que estavam sendo usados dois pesos e duas medidas. E não fui eu quem disse isso; todos os repórteres presentes naquela sessão do Conselho de Ética tiveram essa percepção.

21. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, até onde as paixões políticas podem chegar para simplesmente aniquilar com a vida de um ser humano que sempre se pautou pela dignidade? Às vezes, prezados pares, senti-me como se estivesse sem roupa diante de V.Exas., diante do meu País. Às vezes parecia que eu exalava um odor diferente, tal era o incômodo de muitas pessoas ao conversar comigo. Mas, num juízo fino da minha conduta, na minha inabalável consciência de homem honesto, na certeza de não ter cometido nenhum crime, nenhum delito, firmei meu pensamento no alto, porque não havia outro jeito de agir, e segui adiante.

22. Quero agora registrar meu agradecimento ao Sr. Deputado J pela gentileza com que sempre me tratou - e hoje vejo que esse é o comportamento comum do povo baiano. Agradeço a V.Exa. a elegância no trato, a abertura que teve para me ouvir em todas as oportunidades em que o procurei para me explicar, para falar de forma aberta,

sincera e leal, tentando elucidar a situação, para que não ficasse ranço algum dessa história, para que seu relatório fosse desprovido de qualquer tendência e pudesse servir para que os companheiros fizessem um juízo preciso dos acontecimentos reais, pois V.Exa. tem uma história de dignidade nesta Casa e uma grande capacidade, assim como responsabilidade e respeito por parte dos seus pares. Entretanto, todo o meu esforço para trazer a lume a verdade foi desconsiderado. Os fatos foram enquadrados tão-somente sob o critério do texto frio da legislação eleitoral em vigor, com a intenção de sustentar os argumentos de que houve quebra de decoro parlamentar com o recebimento de vantagens indevidas.

23. Isso não é verdade. Não houve quebra de decoro parlamentar! Restou clara, no caso, a impossibilidade de enquadramento da minha conduta em comportamentos combatidos na legislação relativa à quebra do decoro. Solicitei ao Diretório Nacional do PT, na figura do Secretário Nacional de Finanças, os recursos necessários para pagar as despesas das campanhas para Deputado Federal em 2002 e para Prefeito de Ipatinga em 2004. Todos os recursos que a direção do partido repassou foram integralmente usados na liquidação de despesas de campanhas eleitorais. Isso está fartamente comprovado pelos documentos juntados à defesa apresentada nas diversas instâncias da Câmara dos Deputados e perante a Justiça Eleitoral. Se a Justiça não quis acatá-los, isso não significa que eu tenha praticado qualquer oportunismo. Há uma clara abertura na lei que me dá o direito de fazer a complementação suplementar, e foi o que fiz. E a legislação não é riscada na pedra. Nós não estamos mais na época do Código de Hamurabi. Não estamos mais na época do "olho por olho, dente por dente". É preciso compreender que estamos no início de um novo século e que as relações humanas, as relações sociais, que devem ser regidas por leis, demandam dessas mesmas leis um mínimo de humanidade e flexibilidade. Não podem as leis serem como uma pedra a que nos amarram quando nos lançam ao fogo das paixões.

24. Milhões de brasileiros esperam de nós a serenidade de uma consciência limpa e justa, para colocar este País no lugar que ele merece no cenário mundial. É com

essa consciência que eu afirmo: sequer um centavo dos recursos transferidos pela Executiva Nacional do partido foi incorporado ao meu patrimônio pessoal. Todos, absolutamente todos os recursos repassados e autorizados pelo PT foram empregados na liquidação dos débitos de campanha.

25. E veja, meu ilustre Relator, veio a esta Casa um bispo, um tradutor do processo canônico, um homem da CNBB, um homem lúcido, com seus 88 anos de idade, e confessou que para ele seria uma frustração se um homem como eu fosse um ladrão, falando abertamente, de forma até bem-humorada, e todos reagiram bem às suas palavras. Ora, ele disse tudo aquilo porque tem confiança em mim, pois há 25 anos conhece a minha vida, assim como a população da minha terra também conhece. Esse bispo não tinha o dever de testemunhar a meu favor, e nós não poderíamos querer presumir que ele soubesse de todos os detalhes dessa imensa tempestade que sacode o Brasil neste triste momento da nossa história. Seria querer demais se esperássemos que D. Lélis Lara discorresse sobre todas as filigranas das relações do PT as com empresas ou com outros partidos, sobre todos os motivos que culminaram com estes acontecimentos.

26. Portanto, num ato de boa-fé, assumiram minha defesa pessoas de boa índole, consideradas e respeitadas no Conselho de Ética, pela unanimidade dos Parlamentares que lá estavam, como o Ministro Patrus Ananias, com sua força e sua história, o ex-Ministro e ex-Deputado K, hoje Presidente do PT, o Bispo D. Lélis Lara e o Ministro Hélio Costa. Isso porque eu também agi de boa-fé ao recorrer ao meu partido, amparado no princípio do interesse social, no princípio da segurança das relações jurídicas e sociais, segundo o qual as partes devem agir com confiança recíproca. A boa-fé objetiva exige a valoração da conduta correta e leal das partes.

27. Neste julgamento, tenho a meu favor minha história de lutas em prol do povo da minha cidade e do meu Estado, sempre comprometido com os movimentos populares e sindicais na defesa dos direitos humanos, conforme demonstrou minha

atuação na condição de Relator da CPMI da Imigração e de membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

28. Ninguém pode imputar-me qualquer pecha de culpa manifesta ou de dolo deliberado, uma vez que eu não tinha conhecimento da origem formal dos recursos. Fui à empresa porque estava em campanha. Todos nós fazemos nossas campanhas. Chegaram para o tesoureiro R\$ 300 mil para a campanha de Prefeito. Disputamos o cargo dignamente, o candidato do PMDB e eu. Ele declarou ter usado R\$ 7 milhões; eu tinha muito menos. Meu tesoureiro foi até lá e pegou os R\$ 300 mil. Nem sei como foram pagas todas as dívidas que tínhamos, pois eram muitas. De todas, porém, temos as notas originais, e todas foram pagas.

29. Diante desse excesso de rigor e dessa pureza quase celestial que exigem de homens como nós, simples pecadores, fico examinando até que ponto essa legislação tem consistência, até que ponto a interpretação dada pelo ilustre Relator tem fundamento e marca algum norte, rumo a resgatar esta Casa e o nosso País da grande conturbação em que vivemos. Infelizmente, esta Casa apenas virou o centro da grande agrura em que vive o Brasil. Acertaram um golpe bem no fígado da Câmara dos Deputados, trazendo ao exame e ao debate qual deve ser o futuro das nossas instituições, do Parlamento ao Executivo, passando pelo Judiciário - sim, pois por quê, meus amigos Parlamentares, apenas nós Deputados estaríamos sujeitos a incorrer em algumas falhas episódicas durante nossas campanhas eleitorais? Será que o Judiciário também não teria suas incongruências, com relação à atenção para com as leis? Será que o Executivo também não as tem? Será que o mundo empresarial também não as tem, tanto a grande quanto a pequena empresa brasileira? Esse é o exame que temos de fazer de nós mesmos, o exame que temos de fazer do nosso País.

30. Um fato é certo: estou falando movido pela dor. Quando se fala movido pela dor, não há como enganar. Haverá de chegar uma época nova para o Brasil, depois de todo este sangramento de 10 meses que estamos sofrendo. O que de novo haverá de

vir? Penso que alguns valores morais inarredáveis ao aprimoramento da prática democrática no poder serão consagrados e considerados daqui para a frente.

31. E que valores morais são esses, para não entrarmos nos vãos moralismos que facilmente resvalam para a perda de foco? Podermos resgatar o Brasil daqueles tempos em que, pela gênese da construção de nossa história política, vinham para cá alguns piratas degredados que, como todos sabemos, também se embrenhavam na constituição do poder, este poder ao qual hoje estamos dando seqüência.

32. Eram cidadãos não bem vistos, eram presidiários que cumpriam sentenças e foram degredados os portugueses que vieram para cá e aqui se estabeleceram nas capitanias. E hoje aqui estamos, depois de 500 anos, buscando uma saída para o País diante desta crise política, que também é uma crise ética e moral, como repete a imprensa todo o tempo. É preciso, portanto, apontar um novo rumo.

33. O legado que recebemos recomenda termos cuidado daqui para a frente, pois parece que o que vale, como sempre percebi na política brasileira, é a "lei de Gerson": o melhor é levar vantagem. Mas percebam, meus prezados Deputados, que em algumas democracias se buscam maiores condições de dar às pessoas o pão, a casa, uma maior cidadania, uma melhor distribuição de renda. Não se pode negar também que essas nações estão arrancando muito sangue da América Latina, dos países do Terceiro Mundo, e isso é até compreensível; o fato, porém, é que no Japão as leis são rigidamente cumpridas, assim como nos Estados Unidos, porque essa é a cultura que prevalece nesses lugares.

34. Não há como, não consigo compreender como se tenta arrancar de 20 Deputados - mesmo que cada caso seja um caso - a determinação de transformar o Brasil em um país limpo, com uma democracia pura, com todos, empresários, Judiciário, Parlamento, Senado, Câmara etc., praticando a lei 100%, porque quem não praticar será preso.

35. Na condição de membro da CPI da Imigração, é nosso dever de ofício fazer visitas a outros países. Por isso tenho visto como os impostos funcionam pelo mundo afora. Então, que outro legado temos de arrancar deste momento de sofrimento? Temos de mudar, temos de refazer nossas leis. A reforma eleitoral virou um jogo de empurra-empurra, pois não agradou à maioria dos setores; por isso, não foi feita, e essa é a grande tarefa para a próxima Legislatura.

36. Há grandes Deputados nesta Casa. De minha parte, considero-me um Parlamentar mediano. Alguns estão aqui há 10, 15 anos, ou até há mais tempo. Todos têm a lucidez de atuar nas áreas para as quais são diretamente vocacionados, mas têm também o direito e o dever de estar aqui para auxiliar nas mudanças que precisam ser feitas. Espero que V.Exas. me dêem o direito de auxiliar nessas mudanças que a sociedade tanto clama, conforme ressalta a imprensa - que em parte exagerou, errou ao fazer condenações sumárias, mas não adianta querermos que a imprensa desempenhe no Brasil o mesmo papel que tem feito em qualquer lugar do mundo, porque é este o nosso jeito, esta é a nossa realidade. Houve exageros? Houve, mas estamos sendo chamados à nossa responsabilidade para fazermos mudanças necessárias e profundas na estrutura do Estado brasileiro.

37. Todo o mundo sabe que a reforma tributária foi realizada de maneira superficial. Vamos verificar a situação dos homens e mulheres que ocupam funções públicas. Como isso funciona os países em que a legislação pode ser aplicada com rigor, por acúmulo, por inúmeros sofrimentos? A situação é muito diferente.

38. Prossigo na minha defesa. Não quero alongar-me, porque V.Exas. precisam votar, e preciso desses votos, especialmente dos votos "não".

39. Cabe ainda destacar o conceito de decoro parlamentar emitido pelo Sr. Relator: *"O decoro parlamentar, já vimos em processos anteriores, tem o sentido de decência, dignidade moral, pundonor, brio, beleza moral que se impõem ao comportamento dos membros do Congresso Nacional."* Palavras do Relator.

40. Ora, todos os membros do Conselho de Ética, ao manifestarem seus votos ao parecer do Relator, foram unânimes em destacar a retidão da minha pessoa, a minha conduta moral e ética, que se enquadra exatamente no conceito de decoro parlamentar proferido pelo Relator. E S.Exa. mesmo disse que sou um homem decente. Todos ouviram isso. Então, por que não considerou também as provas que apresentei e a minha história? Na verdade, condenou-me sem considerar meus bons antecedentes. Em qualquer julgamento, e V.Exa., Deputado L, e os outros brilhantes juristas presentes sabem disso, os bons antecedentes têm de ser considerados, até porque nesta Casa o julgamento é político na essência. Por isso, não é justo que eu seja enquadrado num acontecimento episódico, por uma falha que foi reparada junto à Justiça Eleitoral, em função da minha inteira determinação de agir com transparência e respeito pela Câmara dos Deputados e pela verdade dos fatos que vieram à tona. E, analisando detidamente o relatório, encontramos diversos pontos que por si só sustentam nossos argumentos, conforme demonstraremos a seguir.

41. O voto do Relator baseia-se unicamente na legislação eleitoral, como S.Exa. mesmo faz questão de dizer, sem ao menos considerar as provas por mim trazidas aos autos, que, de forma clara, demonstram que os recursos transferidos foram, na sua totalidade, utilizados no pagamento de despesas de campanha eleitoral.

42. Sabemos que as leis foram e são criadas com o espírito de harmonizar a sociedade como um todo, propiciando aos homens uma convivência pacífica e respeitosa, sempre no caminho da evolução da humanidade. Usar as leis primando apenas pelo texto frio, ignorando o contexto, desconsiderando a história, não reconhecendo meus antecedentes, sujeita este Representado a sofrer uma injusta e cruel condenação, com danos irreparáveis à minha vida, se isso acontecer, como não quero crer.

43. Ora, se o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Mandado de Segurança nº 21.360, decidiu que o julgamento do processo de perda de mandato eletivo é de cunho político, torna-se incompreensível que o Sr. Relator se exima de apreciar e considerar

importantes elementos do meu processo ao manifestar seu voto. Eis que surge a contradição, pois o Sr. Relator confronta com suas próprias afirmações, sustentadas nas decisões do Tribunal Superior.

44. Como bem dito pelo poeta Carlos Drummond de Andrade, "*a lei não basta. O lírio não nasce da lei.*" Há que se julgar tendo como parâmetro a conduta moral e ética do Parlamentar, além de sua honradez como cidadão e representante do povo que o elegeu. Esse, sim, é o julgamento político justo.

45. Como vemos, nobres Deputados, considerando a magnitude da decisão a ser tomada por este Plenário, não pode ela ser baseada tão-somente na legislação eleitoral. Esta Casa pode e deve ater-se a todos os elementos que integram o presente processo.

46. Entro agora no assunto referente à similaridade de alguns casos. Para tanto, quero, em primeiro lugar, reconhecer a admirável postura e a lucidez das palavras do nobre Deputado M em sua defesa durante todo o seu processo. Nesse sentido, peço licença ao Sr. Deputado M para destacar circunstâncias e procedimentos comuns às nossas situações, configurando, a nosso ver, política e juridicamente o mesmo enquadramento.

47. Chama-nos a atenção o fato de o Sr. Relator do meu processo ter defendido e votado favoravelmente ao Deputado M. Ora, a situação do ilustre Deputado M é similar à minha, uma vez que fomos candidatos a Prefeito na mesma época e as contribuições foram feitas por empresas privadas. Dizer que a minha fonte é ilícita e a do Deputado M é lícita não tem razão de ser. A empresa SMP&B comprovadamente repassou recursos para o Deputado M e também para a minha campanha. Por que então o Sr. Relator recorre a amplo arrazoado doutrinário, citando Rui Barbosa, para concordar com a licitude da fonte dos recursos do Deputado M, e impiedosamente recorre a outra base doutrinária para tentar enquadrar-me, sendo que a fonte final repassadora dos recursos do Deputado M é a mesma usada nas minhas campanhas, ou seja, a SMP&B?

48. Questiono também o enquadramento em crime. É crime pedir recursos financeiros ao partido? Não! Essa é a prática comum na política brasileira, devidamente amparada pelas leis vigentes que regulam o processo eleitoral.

49. Ao meu ver, a iniciativa de prestar contas suplementares ao TRE com notas fiscais autênticas - o que para muitos colegas desta Casa foi uma atitude correta - tornou-se motivo de censura no relatório, tornou-se um fato desfavorável ao meu processo. Portanto, as decisões do Tribunal Superior Eleitoral que admitem a prestação de contas suplementares não foram devidamente apreciadas. Embora o Tribunal tenha tomado a última decisão, considero que ainda há muito o que se decidir na Procuradoria.

50. Sras. e Srs. Deputados, antes de concluir, peço-lhes desculpas pelo tempo que estou usando neste discurso, até porque durante tanto tempo não pudemos, a não ser algumas vezes, falar por sequer 5 minutos. Peço a V.Exas. compreensão e tolerância, e pergunto: quantos das senhoras e dos senhores aqui presentes já responderam a processos injustos, passíveis de condenações injustas?

51. Assim sendo, peço ao Plenário que, ao julgar o meu processo, tenha como sustentáculo desse julgamento as importantes lições trazidas pelo jurista Rui Barbosa, muito utilizadas pelo Relator, e também o princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei, merecendo tratamento isonômico aqueles que se encontram em situações similares. Se assim não for, a meu ver, será cometida uma grave injustiça, maculando o sistema legal brasileiro, que privilegia o princípio da presunção da inocência.

52. Somente é cabível uma condenação, por menor que seja, estando presentes todos os elementos fáticos e legais que embasam a aplicação de uma sanção, o que não é o caso deste processo. As provas apresentadas são por demais eficientes para atestar que minha conduta é pautada na ética e na boa-fé. Dessa forma, vale ressaltar que a tipificação dos comportamentos supostamente indecorosos não se opera de modo livre, casual ou subjetivo, não segue o fluxo das paixões políticas, mas orienta-se por cânones bem definidos, de grandeza constitucional. Somente uma prova robusta e isenta de

qualquer dúvida contra minha idoneidade moral e minha inocência poderia ser utilizada para determinar a aplicação da pena capital ao meu mandato.

53. Ao encerrar meu pronunciamento, peço licença para citar, mais uma vez, um dos paladinos da aplicação do Direito com estrito senso de justiça, o renomado jurista Rui Barbosa, que contra o cometimento de qualquer forma de injustiça assim manifesta:

i. "A menor injustiça pode operar instantaneamente as mais sanguinosas comoções, como uma gota d'água poderá determinar o esboramento de um dique fendido lentamente pelos anos, ou a mínima fagulha produzir uma conflagração num depósito subterrâneo de explosivos."

54. Disse também o mesmo brilhante Rui Barbosa, na maturidade de sua vida: "*Quantas injustiças não terá feito a vaidade de fazer justiça*".

55. Srs. Parlamentares, depois destes 10 meses, que me pareceram 10 anos, ou - quem sabe? - até mais, nesta via-crúcis a que me submeti nesta Casa, peço mais 2 minutinhos a V.Exas. Por gentileza, tolerem-me mais 2 minutos. Há algum tempo li, este texto, de um dos mais importantes dramaturgos da literatura mundial, que parece aplicar-se a mim e aos que estão sendo julgados, talvez até mesmo talvez a muitos dos que aqui se encontram:

i. "Depois de algum tempo você aprende a diferença, a sutil diferença entre dar a mão e acorrentar uma alma. (...)Descobre que se leva anos para se construir confiança e apenas segundos para destruí-la, e que você pode fazer coisas em um instante, das quais se arrependerá pelo resto da vida.Aprende que verdadeiras amizades continuam a crescer mesmo a longas distâncias.E o que importa não é o que você tem na vida, mas quem você tem na vida."

56. O que eu tenho na minha vida muito me importa.

i. (...) Aprende que as circunstâncias e os ambientes têm influência sobre nós, mas nós somos responsáveis por nós mesmos. Começa a aprender que não deve se comparar com os outros, mas com o melhor que você pode ser.

ii. Descobre que leva muito tempo para se tornar a pessoa que se quer ser, e que o tempo é curto. Aprende que não importa aonde já chegou, mas aonde está indo; mas se você não sabe aonde está indo, qualquer lugar serve. Aprende que ou você controla seus atos ou eles o controlarão, e que ser flexível não significa ser fraco ou não ter personalidade, pois não importa quão delicada e frágil seja uma situação, sempre existem dois lados.

iii. Aprende que heróis são pessoas que fizeram o que era necessário fazer, enfrentando as conseqüências. Aprende que paciência requer muita prática. Descobre que algumas vezes a pessoa que você espera que o chute quando você cai é uma das poucas que o ajudam a levantar-se. Aprende que maturidade tem mais a ver com os tipos de experiência que teve e com o que você aprendeu com elas do que quantos aniversários você celebrou. (...) Aprende que quando está com raiva tem o direito de estar com raiva, mas isso não lhe dá o direito de ser cruel. (...) Aprende que nem sempre é suficiente ser perdoado por alguém; algumas vezes você tem que aprender a perdoar a si mesmo. Aprende que com a mesma severidade com que julga você será em algum momento condenado."

57. Existem nesse texto de William Shakespeare ainda outras lições que eu aprendi na minha própria vida.

58. Peço que, mantendo no coração e na consciência o profundo senso de justiça, V.Exas. liberem este modesto Deputado que tudo fez para comprovar a sua honra,

a sua dignidade; mas se assim não for, meus nobres Deputados, ainda me considero feliz diante de Deus, diante dos meus e diante da vida.

59. Muito grato a V.Exas. que me respeitaram diante desta via-sacra tenebrosa que venho enfrentando. (*Palmas.*)

ANEXO C – Discurso de defesa do Deputado C⁹

1. **O SR. DEPUTADO C** - Sr. Presidente, Deputado O, companheiros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, público presente, minha família, meus amigos, meus companheiros, povo brasileiro que assiste a esta sessão, em momentos difíceis como este, que nos põem à prova como seres humanos, imediatamente vem à nossa cabeça o comum questionamento do porquê. Por que temos de passar por experiências como esta?

2. Permita, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inverter a lógica da pergunta. Pergunto: para quê? Essa pergunta vem a calhar porque no fundo da minha alma resgato um pouco a resposta para minha pergunta: para quê? Descubro que é exatamente para que possamos aprender, para que possamos enfrentar esta provação e dela tirarmos lições e sairmos mais fortes, mais humildes, mais dispostos a continuar nossa jornada.

3. Não tenho dúvida alguma de que a resposta ao "para quê" é para que eu possa, depois disso, ser outro homem, outro cidadão, outro companheiro, outro político. Essa a razão básica da pergunta inicial que me faço, à qual tento responder, com a permissão de V.Exas.

4. E é com este sentimento de honestidade, de confiança e de respeito que me dirijo a cada uma das Sras. Deputadas, a cada um dos Srs. Deputados, à minha família, aos meus amigos, aos meus companheiros e ao povo brasileiro, para prestar conta desse episódio, para tentar convencê-los de que a circunstância, muitas vezes, leva-nos a profundo questionamento. E há mudanças para as quais temos de estar abertos.

5. O filósofo espanhol Ortega y Gasset cravou, no século passado, a máxima utilizada no mundo todo de que o homem é um "eu e sua circunstância". E completou dizendo que a vida e a circunstância integram o próprio homem, e que, portanto, viver é viver em alguma circunstância.

⁹ Discurso disponível em: <<http://intranet2.camara.gov.br/internet/deputados/index.html/loadFrame.html>>

6. E vejam os senhores em que circunstância eu me encontro hoje. Tenho 22 anos de mandato. A metade da minha vida, um pouco mais, eu me entreguei para esta ação - e me entreguei com prazer, não reclamo disso. Fui Vereador, Líder de bancada na minha cidade, Deputado Estadual, Líder de bancada no meu Estado, Deputado Federal, Líder de bancada nesta Câmara dos Deputados, e me transformei Presidente da Câmara. Fui Presidente do meu partido no meu Estado, dirigente do meu partido no meu Município, dirigente no meu partido no plano nacional.

7. Antes disso, pratiquei diversas atividades: fui dirigente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da minha cidade, da Pastoral da Juventude, da Pastoral Operária e militei pela democratização do País. E, em todo esse tempo, Sr. Presidente, nunca precisei comparecer a canto nenhum para responder sobre meus atos e minhas ações. Eu sempre tive, e tentei ter, comportamento condizente com aquilo que falo e com aquilo que pratico. Mas a circunstância me impõe vir aqui ao plenário desta Casa justificar e conversar com os Srs. Parlamentares sobre o que é exatamente o meu interesse. Confesso aos nobres Deputados e às nobres Deputadas: isso é muito duro para mim! Eu sofro, sofri e sofrerei, eu e as pessoas que me conhecem.

8. Confesso até a V.Exas. que pensei, no começo dessa crise, em deixar o resto que remanesce do meu mandato e ir embora - mas não para tentar buscar no próximo pleito o retorno. Confesso que pensei em tentar reconstruir um novo caminho, repensar minha vida e buscar, eventualmente, até outra atividade. Pensava em outra coisa. Mas resisti. E resisti a partir de 2 coisas simples que talvez nem interesse muito a V.Exas, mas que desejo partilhar. Há um retrato do meu pai, no meu escritório, em São Paulo. Abaixo do retrato há uma frase do Raul Seixas que diz assim: "Se me faltar coragem para seguir viagem, a fé que me faltar eu vou buscar em você, meu pai."

9. Meu pai foi um operário. Trabalhou durante 25 anos como metalúrgico em Osasco. Ele me ensinou 4 coisas básicas: a honra, a moral, a honestidade e a solidariedade. E eu as pratico, como meu pai falou e me ensinou.

10. Se não bastasse isso, a minha filha, no início da crise, perguntou-me: "Mas, pai, por quê?" A partir daquele instante eu pensei: "Eu não vou partir. Eu vou ficar, vou resistir e vou falar."

11. Pois bem. Trago a V.Exas. 2 coisas: em uma mão, a minha história; e, na outra mão, a verdade.

12. A arte de marchetar dá a impressão de que algo seja bonito. A arte de marchetar é a arte de cortar madeiras das mais diversas origens e colocar uma ao lado da outra, formando bonitas figuras geométricas. Com madeiras diferentes é uma bela arte. Pois bem. Muitas vezes, as palavras são utilizadas com a arte do marcheteiro. A partir de uma palavra forma-se uma frase; a partir dessa frase, forma-se um período, e, a partir do período, forma-se um texto. Enfim, forma-se o que quiser com as palavras. Elas estão dispostas na prateleira para serem usadas do jeito que quisermos. Mas decidi aqui ficar e conversar com os senhores com essas 2 coisas: com a minha história e com a verdade. Evidentemente, posso estar errado, mas os companheiros e companheiras que lutarem com a história e com a verdade serão bem recebidos e, certamente, serão absolvidos.

13. Esse tipo de processo, Sr. Presidente, muito difícil, nos leva a lembrar importante frase: a política é quase tão incitante quanto a guerra e tão perigosa quanto ela. A diferença é que na guerra só se morre somente uma vez, enquanto a gente permanentemente está morrendo na política.

14. Digo isso desta tribuna, perante as Sras. e os Srs. Deputados, para me desculpar. Peço desculpas ao Deputado O se o ofendi, há alguns dias, quando do encerramento dos trabalhos no Conselho de Ética. E quero estender minhas desculpas a seus companheiros, à sua família, a seus amigos do Rio Grande do Sul, caso também tenham se ofendido. Isso não é do meu feito; não faz parte da minha vida. Então peço desculpas, e deixo-as registradas. Afinal, nós somos diferentes. Espero que S.Exa. receba minhas desculpas de bom coração.

15. Consciência é a palavra chave que tenho utilizado neste período e que quero utilizar nesta reflexão com as senhoras e os senhores.

16. Após a meditação, após meu silêncio, atitude que tomei de forma pensada e como opção, tenho que dizer que fiz o que era correto porque, muitas vezes, lutar contra o poder que está instalado por meio da mídia é coisa ingrata. Pode-se pensar que se pode contê-lo, mas não há, absolutamente, força capaz disso. A mídia acaba atropelando qualquer pessoa que se põe diante dela. Exatamente por isso fiz opção pelo silêncio, e hoje me sinto confortável, mais tranqüilo, em particular com minha consciência e com as pessoas com quem conversei.

17. Tive a oportunidade de mandar aos Srs. Deputados, salvo engano, 3 correspondências. Para alguns Deputados, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para os Srs. Líderes, para os membros da Mesa, para nosso Procurador e para nosso Ouvidor, mandei o Voto em Separado, peça mais substancial, de quase 80 páginas, para que os companheiros pudessem lê-lo. Fiz isso seguro de que estava prestando um serviço à Casa; de que estava prestando um serviço aos Srs. Deputados para que, hoje, pudessem se posicionar com um pouco mais de tranqüilidade.

18. A tranqüilidade do posicionamento se dá fundamentalmente na Ética. É na Ética, Sr. Presidente, que gostaria que pudéssemos buscar o gancho para o voto de hoje.

19. Vejam bem. Há quase 400 anos antes de Cristo, em Atenas, tivemos um grande filósofo, um marco na história da Filosofia, porque trouxe à luz a idéia de se compatibilizar a discussão ética com a política. Aristóteles conseguiu fazer isso de forma perfeita, de forma muito combinada, 400 anos antes de Cristo.

20. Desse episódio de Atenas, Sr. Presidente, é importante considerarmos que, naquela época, já existia opinião pública - e quero que V.Exas. considerem como parêntese que havia opinião pública na época de Sócrates. A opinião pública de Atenas, à época, fez um julgamento sem direito à defesa e condenou Sócrates à morte. Os crimes

cometidos por Sócrates foram 2: o primeiro, afrontar o Estado da época no questionamento a seus deuses, e, segundo, corromper sua juventude.

21. Então, V.Exas. podem perceber que a opinião pública nem sempre acerta. A opinião pública nem sempre tem o condão de dizer o que é certo e o que é errado. Muitas vezes, ela toma uma posição que o tempo se encarrega de desmentir.

22. Sócrates é tão marcante que consideramos os pré-socráticos e os pós-socráticos para bem definir sua passagem na História da Humanidade.

23. O desenvolvimento da Ética continuou ao longo da história. Hoje deparamos com a exigência singular e imperiosa de qualquer cidadão que queira desenvolver uma atuação política com ética. Mas ética não é algo circunstancial que se adquira num dia e se perca no dia seguinte; não é algo que não se tem e, de repente, passa-se a ter; algo que se pratique somente no ramo de sua atividade. Ética é algo que se incorpora na vida de cada um. Você é ético em sua família, com seus amigos e companheiros, em sua ação parlamentar, na relação com seus eleitores.

24. Quero dizer com muita tranquilidade que tenho atuado todos esses anos baseando-me essencialmente na Ética. Por isso, muitas vezes fico indagando de mim mesmo como posso ter caído nessa circunstância, se essa é exatamente a razão de minha ação política de tantos anos...

25. Sr. Presidente, considero esse aspecto importante, assim como a necessidade de responder aos pontos destacados no relatório do nobre Deputado O para o esclarecimento das senhoras e dos senhores.

26. Confesso - e já disse isso no Conselho - que, quando li o relatório do Deputado O, lembrei-me do Padre Vieira, que dizia que as coisas em excesso causam efeito contrário. O Padre Vieira dizia o seguinte: "A dor faz gritar; mas, se é excessiva, faz emudecer. A luz faz ver; mas, se é excessiva, cega. A alegria alenta e vivifica; mas, se é excessiva, mata".

27. Com a permissão dos nobres Deputados, acho que o relatório foi demasiadamente forte para comigo. Passei alguns dias como uma figura pública que não corresponde efetivamente à minha vida. E falo isso com tristeza.

28. Os Deputados, as Deputadas, as pessoas que me conhecem sabem que não sou essa figura apresentada naquele relatório. Não é verdade que tramo de maneira sorrateira medidas para prejudicar o povo. Não é verdade que ouse assinar qualquer medida que possa causar prejuízo ao Erário. Nada disso é verdade. Tenho opção de vida pelo oposto. Essa é a minha opção de vida.

29. Veja, Sr. Presidente: em meados de 2003, os diretórios municipais da minha região me procuraram pedindo ajuda. É uma coisa estranha pré-candidatos a Prefeitos nos procurarem?! Será que isso é uma coisa estranha?! Acho que não. Fui procurado. E o que fiz? Procurei o diretório nacional do partido. E o que fez o diretório do meu partido? Como ele estava produzindo diagnóstico em várias cidades, o que se faz em todos os partidos, apontei as cidades que gostaria de ver analisadas na minha região. Então o diretório nacional se dispôs a pagar as pesquisas que seriam aplicadas naqueles Municípios.

30. Foi isso o que fiz. Na minha concepção, segui o caminho correto. Qual foi o caminho correto? Ir ao tesoureiro do meu partido, ao diretório nacional, e ele disponibilizou recursos. Hoje - e disse isso no Conselho - claro que penso que teria sido melhor providenciar um contato entre o diretório estadual e o diretório nacional e proceder a uma transferência direta para a conta. Mas fazer engenharia de obras prontas é fácil. Ah, se pudéssemos consertar todos os nossos erros, se pudéssemos refazer os nossos caminhos em determinados períodos da nossa vida! Posso fazê-lo daqui para frente, mas não posso modificar o que já foi feito.

31. Digo a V.Exas. que isso foi disponibilizado. Hoje também digo o seguinte: poderia não ter sido disponibilizado em Brasília; poderia ter sido em São Paulo. Lógico. Mas eu estava onde? Aqui, e dentro de um contexto absolutamente intenso. Mostrei aos

nobres Conselheiros que, em 3 de setembro, acabara de ter sido realizada uma reunião, em meu gabinete, com Governadores, com Prefeitos de Capitais, com sindicalistas, porque estávamos discutindo 2 reformas. O movimento na Casa estava muito intenso, havia muito trabalho, e eu a estava presidindo - e queria presidi-la bem, em particular naquele período. Foi por isso que mandei a minha esposa.

32. Agora, pergunto: isto agrava a minha situação, o fato de eu ter mandado minha esposa? Se eu soubesse que havia algum traço, algum risco, alguma dúvida, iria mandar minha mulher? Então eu passaria o constrangimento e muito mais a minha mulher, a ponto de ela não conseguir comparecer hoje aqui?

33. Então, com a permissão de V.Exas., eu acho que isso não é razoável. Ela foi e assinou o documento. Não era uma operação escondida. Ela assinou, porque o tesoureiro do partido tinha dito que teria de ir àquele lugar, naquele dia, naquela hora, buscar os recursos para pagar as pesquisas. As pesquisas foram feitas? Foram feitas. Foram pagas? Foram pagas. Foram entregues? Foram entregues.

34. Qual é a relação que a gente estabelece entre a direção estadual, a municipal e a nacional? Disse à Direção Nacional: as pesquisas foram feitas e os resultados são positivos; estão aqui as pesquisas.

35. Mostrei as pesquisas. As pesquisas têm nota fiscal. São notas fiscais expedidas pelo instituto.

36. Sras. e Srs. Deputados, levando isso ao extremo, para reflexão nossa, desconfia-se de que as notas não foram emitidas na época. Permitam-me, Sras. e Srs. Deputados, para refletirmos juntos: se as notas não foram emitidas na época, então a tese é de que elas teriam sido emitidas agora. E, se elas foram emitidas agora, por que foram emitidas 3? Por quê? Poderiam ter emitido uma só. É porque efetivamente elas foram emitidas. Se o instituto recolheu os impostos somente após o início da crise, que culpa eu tenho? Que culpa eu tenho? Comprei o produto; o produto foi entregue; notas fiscais foram apresentadas. Foi pago.

37. Vejam V.Exas. que, do recurso recebido ao final de setembro, só ficaram 20% dos recursos até início de dezembro. Não foi todo o recurso que ficou. A contratação do serviço foi feita; o serviço foi prestado; a nota fiscal foi tirada. E isso foi positivo para a região. Repito: foi positivo.

38. Encaminhei, de fato, o ofício à CPMI. Vejam, Sras. e Srs. Deputados: por que encaminhei à CPMI? Deixe-me esclarecer a V.Exas. Havia 3 pessoas no meu gabinete que tinham ido ao prédio do Brasília Shopping: o meu assessor, chamado Luís Carlos Gomes, a minha secretária e a minha esposa. Não seria razoável que prestasse contas de que eles foram ao prédio? Foi o que acabei fazendo. Fiz uma carta dizendo que eles tinham ido lá. Quanto ao período em que minha secretária tinha ido, havia uma incorreção. O que fiz? Fiz outro ofício retificando: não é setembro, é abril. A minha secretária foi fazer o quê? Foi pagar a conta da TV a cabo. Não seria uma tremenda fantasia ou uma tremenda coincidência da vida que tivesse uma fatura de uma empresa de TV a cabo de São Paulo, com vencimento no dia, com o banco da compensação sendo o Rural e com o valor diferente? Vejam V.Exas. que coincidência! Daí alguém pode falar: então foi má sorte, C. Mas não se pode considerar a hipótese de ter, de fato, havido um erro, de ela ter recebido a informação? O banco de compensação era o Rural. O valor estava diferente. Efetivamente, a conta existia; existe e está à disposição de V.Exas. Foi o que efetivamente aconteceu. E vejam V.Exas. que informei no dia 10 de julho; repito: no dia 10 de julho. No dia 19 de julho saiu a notícia do saque. Eu a anexei ao meu processo. Eu fui o primeiro a dizer que houve o saque.

39. O jornal Folha de S.Paulo estampou: "C admite o saque". Eu admiti mesmo. Então, onde foi que neguei? Eu disse que minha mulher fora ver um problema da TV a cabo e que também tinha ido fazer um saque. Não menti. Eu disse exatamente o que aconteceu. E isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é a absoluta realidade, é a absoluta verdade do que aconteceu. Se fosse para montar uma história, talvez montasse outra história. Mas esta é a verdade. Essas são as verdades; esse é o fato. Esses são os fatos, efetivamente.

40. Depois, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o contrato da Câmara. Às vezes, tratar tão mal e de forma bruta os números faz com que quem esteja longe tenha a impressão de que, de fato, há verdade nisso.

41. Vejam bem, o contrato era de 10,7 milhões. Disse que 99% foram terceirizados. O que os nobres Deputados pensam? Nove milhões e tantos foram terceirizados. Só que dos 10 milhões, Deputado N, Presidente desta Casa, 7,3 milhões foram gastos com veiculação. As revistas Veja, ISTOÉ, Época, os jornais Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, 156 jornais do nosso País receberam recursos. Dos 10 milhões, então, 7,3 milhões foram para isso.

42. Depois, refizemos todo o cenário aqui: são quase 700 mil."

43. Os Deputados são prova disso. Não é preciso falar; é só ver o estúdio. Por que a agência precisou contratar marceneiro, encanador, eletricista, pintor? Porque em agência de publicidade não há esse tipo de profissional.

44. O nosso estúdio foi refeito. Foi preciso contratar várias pessoas para refazê-lo. E, comprovadamente, companheiros, a audiência da TV Câmara aumentou, e muito. É só ver a nova grade que tem a TV Câmara a partir do final de 2004; é só reparar a qualidade e a quantidade. Isso é algo positivo. Se não bastasse, poderia citar para V.Exas. os livros que fizemos. Os Deputados de Goiás, de Brasília, de Minas, da Bahia sabem que fizemos o Gabinete de Arte, que tinha uma publicação bonita que ia para os Estados para ser distribuída. Fizemos o Estatuto do Torcedor, o Estatuto do Idoso - milhares e milhares de exemplares. Vários Deputados levaram milhares para seus Estados.

45. O contrato foi rigorosamente utilizado a bem da Câmara. A nossa Instituição ganhou com isso. Ganhou porque melhorou sua imagem. Graças a Deus, ao final do meu mandato, a imagem da Câmara era boa!

46. Sr. Presidente, afora isso, o questionamento do contrato.

47. Sras. e Srs. Deputados, aqui vejo muitos ex-Prefeitos, ex-Governadores, ex-Secretários de Estado. Estou sendo acusado com um relatório preliminar.

48. Quem pediu auditoria ao TCU fui eu, mais ninguém. Eu pedi. O Tribunal está investigando. Ainda não fui notificado. A Câmara não foi notificada - nem o Sr. Sérgio Sampaio Contreiras nem o Dr. Márcio Araújo. Como posso responder por algo se não tive o direito de tomar conhecimento da acusação que me fazem? Como a Câmara responderá se sequer sabe do que está sendo acusada? V.Exas. sabem quanto tempo leva um processo no Tribunal de Contas da União, sabem como são feitas as licitações, sabem da exigência feita por aquela instituição para que se apresentem justificativas. Não tenho receio algum nem do contrato nem do meu sigilo bancário, nem do meu sigilo fiscal nem do meu sigilo telefônico.

49. Sras. e Srs. Deputados, anexei ao Voto em Separado parte do meu sigilo telefônico para provar como era minha relação com o Sr. Marcos Valério. Eu o apresentei. E não tenho problema algum com a quebra dos meus sigilos, assim como tenho tranqüilidade para dizer que esse contrato foi bom e legal para a Câmara dos Deputados. Eu e a Câmara responderemos a todas as perguntas do Tribunal. Foi de fato positivo para a nossa Casa a questão do contrato que ora se questiona. E vejam, Sras. e Srs. Deputados, que o Diretor não foi nomeado por mim. Ele já estava no cargo e nele continua. E devo dizer, por ofício, que se trata de um excelente funcionário, tanto que já estava no cargo antes que eu fosse Presidente. Passou pela minha gestão e continua no mesmo cargo.

50. Srs. Deputados, a licitação assinada em 31 de dezembro de 2003 iniciou-se em maio - 2 grandes seminários na Casa, com assessores de vários Deputados e de Lideranças e funcionários de carreira da Casa. Fizemos pesquisa com mais de 100 Deputados de todos os Estados para buscar um pouco mais de informação para embasar o edital, que saiu em setembro e foi assinado em dezembro. Não há nenhum vínculo com

as coisas com as quais tentam vincular - não há -, e digo isso com a tranqüilidade que V.Exas. conhecem.

51. Independentemente disso, Sras. e Srs. Deputados, V.Exas. sabem. Agradeço ao Relator, Deputado O, aos Deputados H, P, J e a vários integrantes do Conselho que não aceitaram qualquer relação disso com meu mandato, qualquer relação minha com o denominado mensalão. Mas, vejam V.Exas., que continuarei sendo chamado pela imprensa de "mensaleiro". Continuarei, pelo resto da vida, com esse carimbo, com essa marca.

52. Precisamos fazer uma pequena reflexão sobre a imprensa. A imprensa pode muito, mas não pode tudo. A imprensa precisa entender como é a composição desta Casa. A imprensa precisa entender que a opinião pública não é a opinião dos jornais. Se descuidarmos e levarmos isso até as últimas conseqüências, daqui a uns dias o povo não elege mais. Quem vai eleger é a opinião pública, os jornais. Mas, e o povo?!

53. Respeito muito os Deputados que trabalham com a opinião pública. Mas temos Deputados que trabalham em seu Município, que têm relação diferenciada com o povo, com o seu eleitor. Nem por isso essa prática pode ser condenada - do contrário é desconhecer o Brasil - e ser vendida uma imagem como se o Parlamento do Brasil fosse de fato um problema grave.

54. Não, não é o Brasil. O Parlamento na África do Sul, nos Estados Unidos, em Portugal, em grande parte do mundo tem sofrido os mesmos percalços que sofremos. Alguns anos atrás, o Parlamento da África do Sul tinha 7% de bom e ótimo. Sobre o Parlamento norte-americano, por exemplo: quando quer protestar, o sujeito não vai votar, porque lá o voto é facultativo.

55. Então, o questionamento sobre isso não é somente nosso. Por isso não precisamos ficar sempre ajoelhados no milho. Precisamos responder, mas à sociedade brasileira, ao conjunto do povo. É o povo que precisa de resposta. Muitas vezes, o jornal levanta uma tese, sustenta essa tese e, depois, transforma essa tese, como se fosse a

opinião pública. E, em seguida, pede no seu editorial o cumprimento dessa tese, que é dele.

56. Será que o Brasil está muito diferente do restante dos países? Por que, na maioria dos países, não há instrumento para Deputado cassar Deputado? Por que, nos Estados Unidos, Bush perdeu o principal articulador do Parlamento, cassado por corrupção, sem voto de Deputado? Para os companheiros preocupados com a democracia, vale a reflexão.

57. Levando ao extremo este raciocínio - na situação hipotética de um Parlamento com 450 de um partido e 50 de outro -, quem garante que daqui a uns dias não se instalem, a partir dos 450, processos contra os outros 50, e os retirem do Parlamento? Por que não? Por que os países em que a democracia está consolidada há mais tempo não têm esse instrumento? Por que será? Porque há preocupação com a democracia. Mais do que isso: no nosso caso específico, companheiros, temos problemas na estrutura do sistema.

58. Vejam bem, se o Brasil continuar nesse caminho, ninguém vai conseguir governá-lo, porque se pressupõe uma relação de confronto - e essa não é uma relação da instituição. Pressupõe-se uma relação de confronto sem conhecer como se forma o Parlamento, como se dão os votos no nosso País. Precisamos buscar, a partir dessa crise, novo padrão para nosso sistema eleitoral-partidário. Hoje somos nós, mas amanhã poderá ser qualquer outro companheiro, porque o sistema vai ser mantido e ele constitui um risco permanente.

59. Por isso, falamos tanto da tal reforma política, que alguma hora vamos precisar fazer. É verdade que a democracia corre no extremo e, a longo prazo, pode correr risco. É verdade que não há condições, dependendo do ambiente, de estruturar uma maioria num Parlamento como o nosso, para o qual vêm representantes de 27 Estados da Federação, com composição absolutamente diferenciada, com partidos absolutamente diferenciados. Não há condições para isso. E o sistema eleitoral permite o risco

permanente - eventualmente, pode não ser eu, mas qualquer companheiro. Por isso precisamos buscar uma forma de superação.

60. E vale, companheiros, uma reflexão. A imprensa brasileira do atual momento é diferente da de outros períodos. No Brasil Colônia, a imprensa era muito clara. Havia a imprensa pró-Portugal e a imprensa pró-independência. Na véspera da República, havia a imprensa favorável à República e a imprensa favorável à Monarquia; a imprensa favorável à Abolição e a favorável à manutenção do status quo. Recentemente, na década de 50, os jornais estampavam sua opção pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, contra Getúlio Vargas. A imprensa era clara, tinha opção política. Hoje o método é grave, porque se faz opção política pelo editorial e pelas matérias, mas não se assume. Faz-se opção por determinada política e não se mostra - é ruim isso -, diferentemente, insisto, de outros países em que a imprensa atua claramente: o editorial é de determinada linha, os temas são enfrentados em diversas linhas.

61. Por isso, Sr. Presidente, precisamos retirar várias lições desta crise. Falo do sistema eleitoral, do sistema partidário, do comportamento das CPMIs, que, por obrigação, tive de acompanhar. Estou vendo a crueldade das CPIs. Um cidadão ficar ali respondendo por 12, 15 horas não é problema de Direito, de legalidade - que deixo para os nossos companheiros -, mas de crueldade, de desumanidade, porque depois de 10 horas pode-se responder a qualquer coisa.

62. Lembro-me da seguinte história de Eduardo Galeano: um advogado, na periferia de Montevidéu, encontrou uma senhora, presa por homicídio, chamada Alma de Agosto. Essa senhora, que era cega e pacífica, de repente estava presa e condenada. O advogado foi buscar conhecer a razão de sua prisão e descobriu que ela descrevia os detalhes dos crimes contra suas vítimas com frieza e crueldade de assassino. O advogado ficou espantado. "Nossa! Uma senhora cega, de idade, bondosa, com esse instinto de crueldade, dizendo que matou tantas pessoas assim!" Depois verificou que, a partir da

tortura e da pressão psicológica, ela inventou aquelas histórias, que acabaram por condená-la.

63. O advogado também ficou surpreso quando foi ao bairro onde ela morava. Perguntou aos vizinhos: "E a D. Alma?" E eles responderam: "A D. Alma é culpada". Então o advogado perguntou: "A D. Alma é culpada por quê?" E o povo respondeu: "Porque os jornais estão dizendo". Aí o advogado retrucou: "Mas os jornais mentem!" E os vizinhos disseram: "Mas a TV e o rádio também estão dizendo isso!"

64. Essa história equivale a muitos momentos por que passamos. Por mais que se tente repetir, reproduzir e demonstrar, ficamos absolutamente impotentes diante do grande mecanismo da imprensa e das informações.

65. Sras. e Srs. Deputados, colegas e assistentes, peço a minha absolvição, consciente do papel que cumpri durante todos esses anos, quer na Câmara dos Deputados, quer na minha vida pessoal, quer na minha história. E o faço com absoluta tranqüilidade e segurança.

66. V.Exas. não absolverão uma pessoa do mal, que trama de forma sorrateira, um homem que não trata o dinheiro público como trata o de sua própria casa. Estarão absolvendo um homem que construiu sua estrada com sua própria luta.

67. V.Exas. conhecem um pouco da minha história. Sabem que fui metalúrgico, como meu pai e minha irmã; que dediquei a maior parte da minha vida à causa do povo brasileiro; que, por opção, não acumulei riqueza na minha vida em 22 anos de mandato. E podem ter segurança. Se chegarem à cidade de Osasco e perguntarem onde mora o C, as pessoas vão responder: na Vila São José. Esta é a minha segunda casa na cidade.

68. Morei com os meus pais no Jardim das Flores. Casei e fui morar nesse bairro. O que tenho é suficiente para viver. Não quero ter mais nada; apenas minha honra resgatada.

69. Diferentemente do meu amigo, Deputado M, quero dizer que, de fato, a amargura e o deserto tocaram também a minha alma. Mas o deserto é um bom lugar para dialogar, refletir.

70. Exatamente por isso Jesus Cristo, no momento mais difícil, optou por ficar no deserto. Eu fiquei e agora peço um voto de confiança para continuar lutando pelo povo brasileiro ao lado de V.Exas.

71. A diferença é que agora eu conheço muito mais as senhoras e os senhores. Conheço muito mais o que é a vida!

72. A pintora Tarsila do Amaral terminava suas cartas de amor ao seu amante, Luis Martins, jornalista carioca, com uma frase em que dizia: "Aí vai o meu coração".

73. Pois bem. Para os companheiros que confiam e acreditam, para o povo que confia e que acredita, aqui vai o meu coração!

74. Muito obrigado. *(Palmas.)*

ANEXO D – Discurso de defesa do Deputado D¹⁰

1. **O SR. DEPUTADO D** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus amigos, os 7 anos nesta Casa, com 2 honrosos mandatos, levaram-me a aprender muitas coisas, entre elas, respeitá-los e ser respeitado.

2. Sr. Presidente, Deputado Q, caros colegas, há mais de 7 meses venho enfrentando dias de angústia, passando verdadeiro calvário por ser acusado de algo que não fiz. Mas essa não foi a maior tortura. Inocentado pela instrução do meu processo no Conselho de Ética, fui surpreendido com parecer que, abandonando as acusações que até então me eram feitas, imputou-me nova e inusitada falta que, além de ofender meu direito de defesa, não se encontra tipificada no Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

3. Assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde o mês de agosto de 2005, enfrento processo ético-disciplinar, no qual não restou provado que eu tivesse qualquer vinculação com o chamado mensalão. Eu sofri uma acusação injusta e, por que não dizer, absurda.

4. Sras. e Srs. Deputados, meu sossego acabou porque minha honra foi vilipendiada e minha honestidade, colocada em dúvida. Minha família, que certamente está me assistindo neste momento, passou por momentos difíceis e de grande dor. Meus filhos não puderam ir à escola e tiveram de ser transferidos para outra, longe da cidade de Campinas, onde moramos, devido à retaliação que sofreram comigo. Meu futuro político foi comprometido, meu nome, maculado, e minha angústia é tamanha que certamente ficará estampada em meu semblante.

5. Sras. e Srs. Deputados, submeti-me ao processo ético-disciplinar certo da minha inocência. Enfrentei, com resignação e dignidade, as denúncias sem renunciar, correndo o risco de perder meu mandato e ficar inelegível por 8 anos.

¹⁰ Discurso disponível em: <<http://intranet2.camara.gov.br/internet/deputados/index.html/loadFrame.html>>

6. Conselho de Ética provou que não recebi qualquer vantagem pecuniária. O relatório final recomenda minha cassação não pela vinculação com o suposto mensalão, mas pela suposta terceirização do meu mandato à instituição a que pertenci durante muitos anos.

7. O processo afastou-se da acusação originária. Não me defendi dessa suposta alienação do meu mandato. Os princípios da ampla defesa e do contraditório foram ultrajados, abandonados, colocados de lado.

8. Neste momento, rememoro a V.Exas. a cronologia dessa minha angústia para demonstrar a todos o absurdo da situação que tenho de enfrentar. Na esteira das acusações lançadas pelo então Deputado R contra os partidos aliados do Governo, foi instalada a CPMI dos Correios. Algum tempo após a instalação da CPMI, localizaram, entre os mais diversos documentos do Banco Rural, uma folha manuscrita, na qual havia a indicação de nomes de Deputados e funcionários desta Casa que supostamente seriam beneficiários dos valores indevidos do empresário Marcos Valério. Havia o nome do ex-Deputado S e, logo abaixo, o nome de servidor do meu gabinete, o Secretário Parlamentar — o nobre e eminente Relator disse que era o motorista; todos são Secretários Parlamentares — Célio Marcos Siqueira, autorizado a receber o valor de 150 mil reais.

9. Essas 2 anotações, com os nomes do ex-Deputado S e de Célio Marcos, foram redigidas de próprio punho pela Sra. Simone Vasconcelos. Entremeando essas anotações estava o meu nome, D, riscado. Conforme depoimento da D. Simone Vasconcelos, a anotação do meu nome não foi feita com a caligrafia dela. Ois estranho é que ninguém reconheceu a letra naquela anotação riscada.

10. Lembro-me bem de que, na CPMI dos Correios, a D. Simone Vasconcelos foi inquirida pelo Deputado T, que perguntou: *“Esse dinheiro foi para quem?”* Ela respondeu: *“Esse dinheiro foi para o ex-Deputado S”*. *“Quem anotou o nome do Deputado S?”* Respondeu ela: *“Quem anotou o nome do Deputado S fui eu”*. *“E o nome do Deputado D, que aparece riscado na folha?”* Ela disse: *“Não sei quem anotou”*.

11. Em resumo — pasmem V.Exas. —, numa folha não periciada, foi meu nome lançado não se sabe por quem, por qual motivo, e, pior ainda, não se sabe quando teria sido feita aquela anotação.

12. Chamo a atenção dos nobres pares para o testemunho de um Parlamentar do PSDB, o Deputado H, que não tem nenhuma afinidade ideológica comigo, tampouco com o Partido Liberal, meu partido. Todosbem que o Deputado H participou efetivamente da CPMI dos Correios. S.Exa., espontaneamente, sobre essas anotações que acabei de revelar a V.Exas., disse o seguinte na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, já que desse órgão também é membro, dirigindo-se ao Presidente Y:

i. Sr. Presidente, nobre Relator U, colegas do Conselho de Ética, eu me sinto aqui na obrigação de fazer alguns registros diante dos testemunhos que ouvi e também da realidade que sei.

13. São palavras do Deputado H, grande Promotor de Justiça.

14. Continua:

i. Faço um registro também de algo que já veio para este Conselho, mas que fora produzido, à época, pela CPMI dos Correios e, portanto, não é prova sigilosa. Ao contrário, veio até para o Conselho e foi notificado pela mídia que a Sra. Simone, quando ouvida, deixou bastante claro que o procedimento era o seguinte: enviavam o dinheiro de Belo Horizonte para o Banco Rural de Brasília, ou melhor, uma ordem vinha num fax, com o qual a Sra. Simone estava autorizada a retirar o dinheiro. Quando não

podia esperar, colocava, no verso, com sua própria letra. No caso, foi desnecessário o exame grafotécnico, porque ela confirmou. A letra estava lá.

15. São palavras do Deputado H.

16. Ainda o Deputado H:

i. Justamente nesse depoimento ela disse, claramente — depoimento público, portanto não sigiloso —, que a letra que estava no verso do documento do Banco Rural, escrito S, era dela e que o dinheiro estava endereçado para o S.

ii. Falar do Deputado D. A letra que vinha em seguida à do S, escrito D (...) — como eu falei a V.Exas.: tinha o S, tinha o Célio e o meu no meio.

17. Palavras do Deputado H.

i. Não era a letra dela. Não foi ela quem escreveu D. E a gente percebia, a olhos vistos, que não era dela, era daquele funcionário que ficou incumbido de entregar ao S e que, depois, entendeu ele, talvez, por uma ligação do próprio S,, que seria para o D. E, em seguida, o próprio nome D vem riscado. Novamente com a mesma letra desse funcionário, está escrito Célio.

18. Continuo citando as palavras do Deputado H.

i. Portanto, está mais do que claro que, para ela, Simone, nunca existiu a figura do Deputado D.

19. Essas são as palavras da Simone em todas as instituições, na CPMI dos Correios e também na Polícia Federal. Se V.Exas. tiverem acesso ao processo, poderão ver que essas foram as palavras dela.

20. Continua o Deputado H:

i. Tão-somente a do S, porque ela saiu de Belo Horizonte com a orientação de entregar esse dinheiro ao S e só não entregou, por fim, ao Célio porque ele acabou demorando. E, segundo ela, era praxe, quando demorava, o próprio funcionário do Banco Rural entregar o dinheiro.

21. Dizia o Deputado H, na oportunidade:

i. O Célio, depois, na Polícia Federal, antes que o depoente ex-Deputado S renunciasse, àquela época, deixou bastante claro que foi buscar o tal envelope com o dinheiro, levando-o às mãos do então S, sem ter ciência do que levava e sem aquiescência ou mesmo consulta ao Deputado D.

ii. Não se trata, penso eu — dizia o Deputado H —, de uma armação pós-renúncia. “Já que renunciei, vou ajudá-lo no sentido de dizer que fui eu.” Não.

22. Isso ficou claro para a CPMI e para a Polícia Federal. Antes da renúncia do então Deputado S, disse em contribuição ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sobre esse Parlamentar o Deputado H:

i. Se observar a letra, a assinatura que a Simone faz no anverso da folha, até mesmo o “s” é idêntico ao do verso, onde põe S. Daí por que o exame grafotécnico foi desnecessário. E há evidência, era a letra dela, e ela mesma confirmou.

23. Pois bem, a CPMI dos Correios resolveu enviar meu nome juntamente com os dos outros Deputados à Corregedoria da Câmara dos Deputados, para que o caso fosse apurado. Lembro-me muito bem de que o próprio Relator da CPMI, Deputado I, disse, à época, que contra mim, D, não existiam provas de qualquer violação ético-disciplinar. Palavras do Relator, Deputado I: “*Mas apenas o indício representado por aquela folha*” — a famigerada folha de papel ofício em branco. Sras e Srs. Deputados, a verdade é que eu não sabia, não autorizei, não recebi e não permiti que recebessem qualquer valor do Sr. Marcos Valério ou das suas empresas.

24. Simone Vasconcelos, perante a Polícia Federal e em seus depoimentos à CPMI dos Correios e à do Mensalão, foi categórica ao informar que jamais ouvira falar do meu nome e que os valores repassados não se destinavam ao Deputado D.

25. Marcos Valério também disse que jamais ouvira falar de mim e que nunca me destinou qualquer valor. Essas palavras do Marcos Valério foram proferidas durante acareação na CPMI dos Correios e também no seu depoimento na Polícia Federal.

26. O ex-Deputado S, perante a CPI dos Bingos e também na Polícia Federal, assumiu — chamo a atenção de V.Exas. — que aqueles valores se destinavam a ele e que nunca me havia comunicado esse recebimento.

27. Em certa oportunidade, o ex-Deputado S, respondendo ao Senador V, disse: *“Pedi perdão ao D.. Eu estou aqui porque o nome do D — sinto imensamente — foi envolvido injustamente num ato que eu cometi”*.

28. Depois de alguns dias, ele também me ligou pedindo perdão. Logicamente, eu, como cristão, deveria perdoá-lo. Mas a verdade é que quem teria de estar aqui nesta tribuna hoje para responder pelos atos ilícitos seria o ex-Deputado S. A covardia o levou a renunciar, mas não a mim. Não renunciei e estou aqui enfrentando este processo no lugar do ex-Deputado S. E disse mais, sobre o mal que ele causou a mim e também à minha família, aos meus filhos.

29. O motorista Célio Marcos Siqueira prestou depoimento na Polícia Federal, no Conselho de Ética e foi categórico ao reafirmar que recebera os valores a mando do ex-Deputado S e que eu não sabia de nada. A verdade é que eu não sabia. Afinal de contas, ele era o Líder do partido, era meu Líder também. Eu não sabia do que havia ocorrido.

30. Nobres pares, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esses são os fatos, essa é a verdade revelada nesses 7 meses de investigação. Reafirmo a V.Exas: não permiti que recebesse; não concordei com o recebimento; nunca concordarei com o recebimento de qualquer valor não contabilizado proveniente ou não do Sr. Marcos Valério ou das suas empresas.

31. Durante todo o meu processo no Conselho de Ética, permiti ao eminente e nobre colega Deputado U acesso irrestrito às minhas contas bancárias, aos meus registros telefônicos e a quaisquer documentos, por mais íntimos que fossem, possibilitando assim a mais completa e ampla investigação. Não tive oportunidade de entregar os registros telefônicos, sobretudo o relativo à ligação do gabinete do ex-Deputado S para o meu funcionário Célio Marcos Siqueira. V.Exas. sabem da burocracia que há para obter uma informação nas operadoras telefônicas deste País. Não o fiz porque eles não me deram a oportunidade de entregar as contas telefônicas.

32. Vejam V.Exas. o inusitado da acusação que me traz a esta tribuna. Não sou acusado de receber dinheiro do Sr. Marcos Valério, isso ficou provado, conforme tudo o que disse a V.Exas. até agora. Sou acusado apenas de ter terceirizado o meu mandato e, com isso, ter possibilitado ao ex-Deputado S receber valores indevidos do Sr. Marcos Valério.

33. Afastei-me da igreja há muito tempo, mas quero dizer a V.Exas. que a igreja jamais — há colegas irmãos meus aqui que caminham comigo durante esses 7 anos; está aqui o Deputado X que comigo caminhou durante 25 anos —, a minha instituição nunca interferiu na minha vontade política, nunca pediu favor ou benesse. Meu mandato nunca foi emprestado, meu mandato nunca foi vendido, sempre foi exercido com moralidade, com eficiência, meu mandato foi conferido pelo eleitor. E esses eleitores que me ouvem agora sabem que jamais cometeria qualquer ato que pudesse macular, manchar o meu mandato.

34. Não omito e muito menos complacente. Não terceirizei o meu mandato em favor da igreja ou do ex-Deputado S, como afirmou o nobre colega e eminente Relator Deputado U, em seu relatório.

35. Restou provar às senhoras e aos senhores a minha inocência. Cada ato processual que se seguiu no Conselho de Ética demonstrava a inconsistência das acusações. Sempre neguei veementemente as acusações. Relatei de forma absolutamente verdadeira e de coração aberto o que realmente aconteceu, como estou fazendo agora. Permaneci sereno e busquei auxiliar de todas as formas a correta apuração dos fatos.

36. Não emprestei nenhum funcionário do meu gabinete ao então Deputado S para buscar envelopes no Banco Rural. O funcionário Célio Marcos Siqueira foi ao Banco Rural a pedido do meu Líder, o ex-Deputado S, sem o meu conhecimento, fato, diga-se de passagem, confirmado por ambos, tanto pelo ex-Deputado quanto por meu funcionário,

nos seus depoimentos prestados à Polícia Federal e também às CPMIs e ao Conselho de Ética.

37. Lembro que estava na época do recesso parlamentar, e há um revezamento no meu gabinete. Célio Marcos estava no Pará quando surgiu na mídia a notícia. Imediatamente saiu do Pará, veio a Brasília e se apresentou espontaneamente à Polícia Federal.

38. Deputados, apenas permiti ao meu Líder que utilizasse o meu gabinete para tratar de assuntos institucionais. Essa é grande realidade, e jamais implicou autorização para que o ex-Deputado S praticasse ato ilícito. Jamais faria isso, se o soubesse.

39. S.Exa. o eminente Relator se esqueceu do óbvio, de que eu e outros Deputados da bancada permitíamos que o Líder, na época o ex-Deputado S, utilizasse a estrutura administrativa dos nossos gabinetes apenas para tratar de assuntos institucionais, nunca para praticar ato ilegal, como o que foi praticado. Digo a V.Exas. que, se soubesse disso, eu seria o primeiro a vir a esta tribuna denunciá-lo, perante esta Casa. Repilo o que disseram.

40. Peço a atenção dos eminentes pares de forma veemente. A conclusão contida no voto do Relator omite que, como Deputado Federal, apresentei dezenas de projetos. Atuei em inúmeras Comissões parlamentares: participei da CPI do Narcotráfico; fui membro titular da Comissão de Constituição e Justiça; fui Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; fui membro titular, durante 4 anos, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; tenho 53 projetos de lei apresentados nesta Casa, entre os quais 4 que se encontram no Senado Federal, para se tornarem leis. Daí, V.Exas. podem comigo concluir que o meu mandato era e sempre foi um mandato independente.

41. S.Exa. o eminente Relator não conseguiu identificar um único projeto que tenha eu apresentado nesta Casa para interesse de qualquer grupo religioso ou

corporativo. Ele recheou o seu voto de citações bíblicas para tentar demonstrar que a autorização que eu dava ao ex-Deputado S para se utilizar da estrutura do meu gabinete havia permitido o saque legal de valores. Tal raciocínio é um verdadeiro absurdo. É absurdo! Eu permitia que o ex-Deputado S se utilizasse da estrutura do meu gabinete apenas — volto a reafirmar — para as questões lícitas e institucionais.

42. S.Exa. o nobre Relator vasculhou minha vida parlamentar e não achou um único ato parlamentar que eu tenha praticado em favor de qualquer instituição. Prendeu-se S.Exa. apenas à questão do uso do meu gabinete pelo ex-Deputado S para, num raciocínio delirante e abusivo, dizer que, com isso, permitira, mesmo que indiretamente, o ato ilegal praticado por S. O raciocínio não somente é absurdo — vou mais além —, é perverso.

43. Eminentes Deputadas e Deputados, a fé (*pausa*) que abracei resgatou a minha cidadania, dando, em minha juventude, a oportunidade de ser um homem honesto e trabalhador. E sigo assim o exemplo do meu velho pai, que morreu aos 91 anos. Esse foi o único legado que ele me deixou. E eu procuro dividi-lo com meus filhos.

44. Respeito todas as religiões. Respeito a fé fervorosa do eminente Relator, Deputado U, que se dedica também a sua instituição. Admiro, de igual forma, as inúmeras igrejas evangélicas, pois são minha vida. Buscam — sou testemunho vivo disso —, diante de seus trabalhos missionários, resgatar o espírito e a dignidade dos homens.

45. Por essas razões, não vou admitir ser condenado por respeitar os postulados da minha fé. Não vou aceitar ser vítima de um processo de inquisição. Não posso aceitar passivamente ser condenado devido a uma acusação delirante que sequer encontra tipificação no Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

46. Fui eleito por pessoas que me respeitam e continuam a me respeitar por minhas convicções religiosas e ideológicas. Não me afastei dos meus deveres de probidade, lisura e decoro no exercício de meu mandato. Não terceirizei meu mandato. Não aceito seja fabricada uma acusação que sequer encontra respaldo na lei.

47. Cabe finalizar esta minha derradeira defesa com algumas reflexões, para a qual chamo a atenção de V.Exas. Assisti a este Plenário fazer justiça, dando a cada caso o resultado correto, em razão dos fatos concretos que lhe eram submetidos.

48. Alguns que clamavam, e ainda clamam, pela condenação irrestrita viram naqueles atos de justiça deste Plenário a existência de conchavo, acordo, “pizza”. E partem aqueles da convicção demagógica de que não importa a inocência nem a culpa dos acusados, mas a satisfação da vontade da opinião pública.

49. Em resumo, para os meus acusadores, todos os que respondem a processo ético-disciplinar são culpados. Todos têm de ser condenados. Não importa a culpa. Não importa a inocência surgida dos autos, mas, sim, a suposta necessidade de se mostrar severo, mesmo sendo injusto. Aos meus acusadores a figura do justiceiro parece na atualidade ser mais simpática do que a do juiz.

50. O Deputado M, desta mesma tribuna, desmistificou essa tal opinião pública. Ela não se confunde com o povo. O povo não é a elite que se comporta como um carrasco que executa simplesmente uma punição para agradar ao seu amo.

51. Confundem alguns, meus nobres colegas, confundem alguns justiça com arbitrariedade. Daí a injustiça. Para afastar suspeitos, agem severamente contra inocentes.

52. O povo sabe distinguir o justo do injusto. O povo sabe distinguir o certo do errado. O povo sabe distinguir a severidade da arbitrariedade.

53. Lembro-me ainda de que uma acusação descabida, sobre a qual não se pode exercer o direito de defesa, pior ainda, criada na tentativa de se condenar alguém a qualquer custo, se apresenta muito mais espúria do que a absolvição desse alguém. Mesmo que contrarie a vontade imediata dessa elite, que, na verdade, diz ser a opinião pública.

54. No momento, portanto, submeto o meu mandato, os meus direitos políticos, a minha honra, a minha probidade e a minha dignidade ao julgamento de V.Exas. Tenho

convicção de que o meu julgamento pelo Plenário da Câmara dos Deputados espancará qualquer dúvida que eventualmente exista quanto a minha inocência.

55. Tenho certeza de que os colegas que aprendi a respeitar, que aprendi a admirar — até porque não sou político de vocação, não tenho boa oratória, não sou político de expressão, como muitos que por aqui passaram — vão me julgar de forma isenta e justa. É isto que quero: justiça.

56. Encerro minha derradeira defesa reafirmando minha inocência. A acusação que me fazem é absurda e inconsistente. Estou confiante de que a minha angústia e de que o meu martírio estão chegando ao fim.

57. Clamo, portanto, meus colegas, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pela rejeição do que restou decidido pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a fim de que me absolvam dessas levianas acusações que me foram feitas, pois só assim a justiça prevalecerá. Peço, com simplicidade, com a simplicidade dos inocentes, que os caros colegas votem “não”, pela rejeição do parecer do Conselho de Ética. Rogo aos meus colegas que façam justiça nesta noite.

58. Muito obrigado. (*Palmas.*)